

KROTON EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A., com sede na cidade de Belo Horizonte, e suas controladas (doravante “Companhia”, “Controladora” ou “Kroton”) têm por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em sociedades que explorem: (a) a administração de atividades de educação infantil, ensinos fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; e (b) o comércio atacadista e varejista, distribuição, importação, exportação de livros didáticos, paradidáticos, revistas e demais publicações dirigidas à educação infantil, ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e/ou outras atividades educacionais correlatas, bem como o licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica. A Companhia exerce as suas atividades através de sua controlada Editora e Distribuidora Educacional S.A. - EDE.

A Companhia é listada na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob a sigla KROT11, onde negocia suas “units”, que são ativos compostos por uma ação ordinária e seis ações preferenciais.

O modelo de gestão da Companhia é operacionalizado pela EDE e por suas controladas que atuam nas áreas de educação:

- a) Ministrando cursos regulares e formais de educação infantil, ensinos fundamental, médio, superior, à distância e tecnológico, bem como treinamentos de indivíduos e de organizações profissionais.
- b) Desenvolvendo, distribuindo e comercializando livros didáticos, edições de jornais, revistas e periódicos, publicidade e divulgação, capacitando a equipe técnica das escolas parceiras, bem como oferecendo um conjunto de soluções às escolas integradas da rede pública e privada de educação.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.c).

Aquisições e alienações realizadas em 2011

- a) No dia 30 de abril de 2011, foi realizada a venda de 100% das cotas da controlada SUESC - Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura Ltda., localizada no município do Rio de Janeiro.

A operação gerou uma perda de R\$3.221 (nota explicativa nº 15).

- b) Em 14 de julho de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu 100% das cotas de emissão da União de Ensino de Vila Velha Ltda. (“União”) com uma unidade em operação de ensino superior localizada no município de Ponta Grossa - PR. Para efeito de consolidação a data considerada foi a partir de 1º de julho de 2011.

- c) Em 18 de julho de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu 100% das cotas de emissão do Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda. (“Ceama”), com unidades em operação de ensino superior localizadas nas cidades de São Luís - MA e Imperatriz - MA. Para efeito de consolidação a data considerada foi a partir de 1º de julho de 2011.
- d) Em 3 de novembro de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu 100% das cotas de emissão da União Sorrisense de Educação Ltda., sociedade mantenedora da Faculdade de Sorriso (“FAIS”), que tem operação na cidade de Sorriso - MT. Para efeito de consolidação a data considerada foi a partir de 1º de novembro de 2011.
- e) Em 15 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 100% da Universidade Norte do Paraná Ltda. (“Unopar”), sendo 20% diretamente pela Companhia e 80% por meio de sua controlada EDE. Na mesma operação, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu 100% das cotas de emissão da Alba Participações Ltda. (“Alba”), empresa relacionada à Unopar, também do mesmo vendedor.

Na aquisição dos 20%, a forma de pagamento será por meio da emissão de 13.877.460 “units” da Companhia, que tornará o vendedor da Unopar acionista da Companhia, mediante troca de ações entre o vendedor e a Companhia.

A Unopar possui operação nas cidades de Londrina, Arapongas e Bandeirantes, todas no Paraná, na modalidade presencial, e em cerca de 400 polos de ensino à distância - EAD.

Para efeito de consolidação a data considerada para a Unopar e Alba foi a partir de 1º de dezembro de 2011.

Os efeitos das combinações de negócio estão demonstrados na nota explicativa nº34.

Comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 incluem o resultado da controlada IUNI, referente a dez meses, uma vez que a aquisição ocorreu em 12 de março de 2010.

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 incluem o resultado das controladas União e Ceama, referente a seis meses, FAIS, referente a dois meses, e Unopar e Alba, referente a um mês. Portanto, a leitura das demonstrações financeiras deve considerar esses fatos.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 foram alteradas em relação a sua última publicação para contemplar as reclassificações abaixo e estar consistente com a classificação utilizada em 31 de dezembro de 2011.

	Saldo apresentado 31/12/2010	Reclassificações	Saldo reapresentado 31/12/2010
Valor adicionado a distribuir:			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(86.696)	(1.252)	(87.948)
Depreciação e amortização	(35.387)	1.533	(33.854)
Receitas financeiras	24.202	(3.025)	21.177
Valor adicionado distribuído:			
Federais	(17.537)	9.670	(7.867)
Estaduais	-	(54)	(54)
Municipais	(3.577)	(9.616)	(13.193)
Juros	(19.751)	2.744	(17.007)

Sazonalidade

A Companhia tem expectativa de que as suas receitas e lucratividades alcancem seus níveis mais altos no primeiro e terceiro trimestres.

Na educação básica, durante o primeiro trimestre, ocorre o pico das vendas das coleções de livros. No ensino superior, durante o primeiro e terceiro trimestres, ocorre o período de matrículas para o semestre letivo, gerando picos de faturamentos nesses trimestres. Dadas essas condições, essa sazonalidade tende a causar variações em nossos resultados operacionais de trimestre para trimestre.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- b) As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral em virtude da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pela Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (exemplo: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação de acionistas não controladores. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos saldos alocados é registrado como ágio. Se o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O processo de consolidação das controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- (i) Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- (ii) Dos saldos de contas-correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas, inclusive resultados não realizados.
- (iii) Identificação da participação dos acionistas não controladores.

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Companhia, e as práticas contábeis das controladas foram aplicadas de forma consistente com as práticas contábeis da Companhia.

b) Operações e participações de acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia não tem mais o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma “joint venture” ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

c) Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

<u>Empresas consolidadas</u>	<u>Participação no capital total - %</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Controladas diretas:		
UNOPAR - Universidade de Arapongas, Bandeirantes, Londrina e parceira de polos EAD (i)	20,00	-
EDE - Editora e Faculdade de Divinópolis, Guarapari, Jundiá, Teixeira de Freitas e Uberlândia. A EDE é controladora das:	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
ÁGORA - Escolinhas de esporte	99,99	99,99
ALBA - Prestadora de serviços (i)	99,99	-
CEAMA - Faculdade de São Luís (ii)	99,99	-
FAIS - Faculdade de Sorriso (iii)	99,99	-
FATEC - Faculdade de Londrina	99,99	99,99
GK - Faculdade de Feira de Santana	99,99	99,99
INADE - Instituto de avaliação	99,99	99,99
ORME - Faculdade de tecnologia de Belo Horizonte	99,99	99,99
PAX - Editora Rede Católica	99,99	99,99
PROJECTA EDE - Editora	99,99	99,99
PSES - Faculdade de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Poços de Caldas, São Luís e Votorantim	99,99	99,99
SPES - Educação básica	99,99	99,99
SUESC - Faculdade do Rio de Janeiro (iv)	-	99,99
UMEP - Faculdade de Londrina	99,99	99,99
UNIÃO - Faculdade de Ponta Grossa (ii)	99,99	-
UNILINHARES - Faculdade de Linhares	99,99	99,99
UNOPAR - Universidade de Arapongas, Bandeirantes, Londrina e parceira de polos EAD (i)	80,00	-
IUNI - Universidade de Cuiabá e controladora das:	100,00	100,00
UNIC PRIMAVERA ANTIGA - Faculdade Primavera do Leste (v)	99,99	99,99
UNIC PRIMAVERA NOVA - Faculdade Primavera do Leste (v)	99,99	99,99
UNIC ROO AE - Faculdade de Rondonópolis (v)	99,99	99,99
UNIC ROO FP - Faculdade de Rondonópolis (v)	99,99	99,99
UNIC SINOP - Faculdade de Sinop (v)	99,99	99,99

<u>Empresas consolidadas</u>	<u>Participação no capital total - %</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
UNIC TANGARÁ NORTE - Faculdade de Tangará da Serra (v)	99,99	99,99
UNIC TANGARÁ SUL - Faculdade de Tangará da Serra (v)	99,99	99,99
UNIC VG - Faculdade de Várzea Grande (v)	99,99	99,99
UNIME ITABUNA - Faculdade de Itabuna (v)	99,99	99,99
UNIME SALVADOR - Faculdade de Salvador (v)	99,99	99,99
FAMA MARABÁ - Faculdade de Marabá (v)	99,99	99,99
UNIME LF - Faculdade de Lauro de Freitas. A UNIME é controladora da:	99,99	99,99
FAMA MACAPÁ - Faculdade de Macapá (v)	99,99	99,99

- (i) Controladas adquiridas em dezembro de 2011.
- (ii) Controladas adquiridas em julho de 2011.
- (iii) Controlada adquirida em novembro de 2011.
- (iv) Controlada alienada em 30 de abril de 2011.
- (v) Empresas originárias da IUNI, adquiridas em 12 de março de 2010.

2.4. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.6. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. A Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação nessa demonstração.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie e depósitos bancários.

2.8. Ativos financeiros

2.7.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis mantidos até o vencimento

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos disponíveis para venda são classificados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos como “Receitas financeiras”, na demonstração do resultado.

c) Valor justo por meio do resultado

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir, quando aplicável, o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

2.7.2. Reconhecimento

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.7.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4. “Impairment” de ativos financeiros

a) Ativos registrados ao custo amortizado

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “impairment” incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal.
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de “impairment”.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido ao resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado disponível.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por “impairment” reconhecida anteriormente será reconhecida ao resultado.

b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item (a) anterior. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por “impairment” sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “impairment”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 360 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “impairment” de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para “impairment”, se necessária.

2.10. Estoques

Demonstrados ao custo médio das aquisições, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.

2.11. Ativos circulantes mantidos para venda

Os ativos circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo circulante (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda reter participação na empresa.

Os ativos circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.12. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações e benfeitorias	25
Equipamentos de informática	5
Móveis, utensílios e instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Biblioteca	10
Laboratório	10

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.

A Companhia revisitou a vida útil dos seus ativos e concluiu que as taxas de amortização e depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

2.13. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como “ativo intangível”. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente, ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGC para fins de teste de “impairment”. A alocação é feita para as UGC ou para um grupo de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b) Programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 17.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 17.

2.14. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “impairment”. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

2.15. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Essas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

2.16. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17. Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido, enquanto o ativo depende da realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As empresas de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº13.c).

2.19. Lucro por ação

a) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais e “units” (1 ação ordinária e 6 preferenciais) emitidas durante o exercício.

b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, e as opções de compra de ações que foram concedidas não foram presumidas como sendo exercidas, pois eram antidiluíveis; o preço de exercício delas era superior ao preço médio de mercado. Dessa forma, não apresenta “units” potenciais, para fins de diluição.

2.20. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados de nível gerencial planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

2.21. Arrendamento mercantil financeiro

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.22. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.23. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.24. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. No semestre, são cobradas seis mensalidades, estando incluída a matrícula. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD da controlada Unopar, 36% da mensalidade do aluno é repassada ao polo parceiro que ministra as aulas telepresenciais. A receita é reconhecida apenas sobre os 64% restantes referentes à controlada.

Polo: é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância por meio da modalidade de aulas telepresenciais.

c) Receita e despesa financeiras

É reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, cédula de crédito bancário - CCB, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.25. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.26. Informação contábil do valor adicionado (“DVA”)

Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.27. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010) - esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC) - a IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) alterou a definição de parte relacionada.
- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos - tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento - as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.
- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais - fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.

Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Sociedade.

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1) - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível às mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida na rubrica “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo na respectiva rubrica resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Acordos de Participação - substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente, de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2) - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2) - reflete as modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (2) - as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer que: (a) um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “impairment” de acordo com a IAS 36 - “Impairment” de Ativos; (b) qualquer perda por “impairment” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (c) as reversões de “impairment” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Perda (“impairment”) na estimativa do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “impairment test”. Para o propósito de se identificar uma deterioração do ágio, estes são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa (UGC), e a alocação é efetuada de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são registradas no resultado do exercício em que ocorrerem e não podem ser revertidas em períodos seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo consolidado do ágio é de R\$1.690.574 (R\$488.818 em 31 de dezembro de 2010). Vide nota explicativa nº17.

b) Tributos diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”) de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado do ativo fiscal. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo consolidado ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$7.333 (R\$10.513 em 31 de dezembro de 2010) e o saldo consolidado passivo é de R\$101.992 (R\$1.617 em 31 de dezembro de 2010). Vide nota explicativa nº13.

c) Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo consolidado da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis é de R\$192.619 (R\$30.441 em 31 de dezembro de 2010). Vide nota explicativa nº25.

d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada. A vida útil desses ativos afeta os testes de recuperação do custo, quando necessário.

e) Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Política de utilização de instrumentos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: de mercado, de crédito e de liquidez.

O objetivo da Companhia na gestão de capital é garantir os recursos necessários à execução da sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou caixa líquido destinado a fazer frente aos seus ciclos de negócio, bem como a viabilizar a estratégia de crescimento da Companhia. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

b) Risco de mercado

Risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de as empresas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos no passivo circulante e no passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	7.786	10.911
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	2.076	74.617
Cédula de Crédito Bancário - CCB (i)	544.339	-
Outras (ii)	<u>11.067</u>	<u>5.743</u>
Total	<u>565.268</u>	<u>91.271</u>

(i) As taxas nominais de remuneração são CDI + 2,08% ao ano.

(ii) Referem-se a contratos de arrendamento mercantil financeiro corrigidos a taxas de juros prefixadas médias de 6,68% ao ano.

Vide maiores informações nas notas explicativas n.º 19 e 20.

c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia constituiu provisão para créditos de realização duvidosa de R\$72.117 (31 de dezembro de 2010 - R\$58.247), do saldo bruto das contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos.

d) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2011:			
Empréstimos e financiamentos	4.520	4.351	1.632
CCB	-	-	544.339
Obrigações com arrendamento financeiro	5.941	3.675	810
Fornecedores	62.800	-	-
Obrigações trabalhistas	60.162	-	-
Obrigações tributárias	25.127	5.126	326.341
Adiantamentos de clientes	22.582	-	-
Contas a pagar - aquisições	401.095	14.084	1.746
Demais contas a pagar	<u>1.455</u>	<u>2.014</u>	<u>3.341</u>
	<u>583.682</u>	<u>29.250</u>	<u>878.209</u>
Em 31 de dezembro de 2010:			
Empréstimos e financiamentos	30.569	29.892	25.069
Obrigações com arrendamento financeiro	3.477	1.896	368
Fornecedores	24.653	-	-
Obrigações trabalhistas	39.891	-	-
Obrigações tributárias	18.187	25.332	52.034
Adiantamentos de clientes	6.089	-	-
Contas a pagar - aquisições	4.154	3.655	2.841
Demais contas a pagar	<u>6.748</u>	<u>-</u>	<u>3.755</u>
	<u>133.768</u>	<u>60.775</u>	<u>84.067</u>

4.2. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir os recursos necessários à execução da sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida (a)	-	-	565.268	91.271
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7) e títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 8)	<u>(4.595)</u>	<u>(13)</u>	<u>(152.574)</u>	<u>(33.603)</u>
Dívida líquida	<u>(4.595)</u>	<u>(13)</u>	412.694	57.668
Patrimônio líquido (b)	<u>1.475.331</u>	<u>816.176</u>	<u>1.475.331</u>	<u>816.176</u>
Índice de alavancagem financeira	(0,3)%	0,0%	27,9%	7,1%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava caixa líquido destinado a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

- (a) A dívida é definida como empréstimos bancários circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e nº 20.
- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que o saldo contábil das contas a receber de clientes menos a provisão para perdas seja próximo de seu valor justo. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares.

a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial

A Companhia aplica a alteração à IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (como derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções aos ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo:

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativos-		
Ativos financeiros disponíveis para venda-		
Cotas de fundos de investimentos	4.568	-
Total do ativo	<u>4.568</u>	<u>-</u>

	Consolidado	
	(IFRS e BR GAAP)	
	Nível 2	Nível 2
	31/12/11	31/12/10
Ativos-		
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	8.373	7.435
Cotas de fundos de investimentos	98.692	-
Outros	800	-
Total do ativo	<u>107.865</u>	<u>7.435</u>

Vide detalhes na nota explicativa nº8.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos baseia-se nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e baseiam-se o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas do valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento financeiro estará incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros incluídos no nível 2 compreendem, principalmente, os investimentos classificados como títulos disponíveis para venda.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía instrumentos financeiros classificados no nível 3.

b) Valor justo de empréstimos e financiamentos

O valor contábil dos financiamentos tem suas taxas atreladas ao IPCA e à Unidade Monetária BNDES - UMBNDES e aproxima-se do valor de mercado.

c) Demais ativos e passivos financeiros

O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge significativamente dos valores contábeis destes, na extensão em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

4.4. Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais à Companhia, com cenário mais provável, segundo a avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes no encerramento do exercício social, por ser entendido que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável para os próximos 12 meses seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2011.

a) Títulos e valores mobiliários

Controladora (BR GAAP)

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	4.568	Desvalorização do CDI	530	397	265

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	107.865	Desvalorização do CDI	12.512	9.384	6.256

b) Empréstimos e financiamentos

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
IPCA	7.786	Alta do CDI	506	633	759
CDI	6.621	Alta do CDI	768	960	1.152

Indexadores utilizados (cenário provável): CDI - 11,6% e IPCA - 6,5%.

c) CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - CCB

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CCB-CDI	544.339	Alta do CDI	63.143	78.929	94.715

A Administração elaborou análise de sensibilidade para os demais instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e verificou que estes não apresentam risco de prejuízo material.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA -
CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

		Controladora (BR GAAP)		
		Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
Ativos em 31 de dezembro de 2011:				
Títulos e valores mobiliários		-	4.568	4.568
Demais contas a receber (excluindo adiantamentos)		<u>317</u>	<u>-</u>	<u>317</u>
		<u>317</u>	<u>4.568</u>	<u>4.885</u>
		Passivos mensurados ao custo amortizado		
Passivos em 31 de dezembro de 2011:				
Fornecedores				31
Obrigações tributárias				20.499
Outras obrigações (excluindo obrigações estatutárias)				<u>202</u>
				<u>20.732</u>
		Empréstimos e recebíveis		
Ativos em 31 de dezembro de 2010:				
Demais contas a receber (excluindo adiantamentos)				2
		Passivos mensurados ao custo amortizado		
Passivos em 31 de dezembro de 2010-				
Outras obrigações (excluindo obrigações estatutárias)				<u>92</u>
		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
Ativos em 31 de dezembro de 2011:				
Títulos e valores mobiliários		-	107.865	107.865
Contas a receber de clientes		260.126	-	260.126
Demais contas a receber		119.760	-	119.760
Estoques		22.128	-	22.128
Tributos a recuperar		21.159	-	21.159
Tributos diferidos		7.333	-	7.333
Depósitos judiciais		9.216	-	9.216
		<u>439.722</u>	<u>107.865</u>	<u>547.587</u>

Passivos mensurados
ao custo amortizado

Passivos em 31 de dezembro de 2011:

Empréstimos	10.011
Obrigações de arrendamento financeiro	10.918
Cédula de Crédito Bancário - CCB	544.339
Fornecedores	62.800
Salários e encargos sociais	60.162
Obrigações tributárias	356.594
Contas a pagar – aquisições	416.925
Adiantamentos de cliente	22.582
Demais contas a pagar	6.810
	<u>1.491.141</u>

<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Disponível para venda</u>	<u>Total</u>
-------------------------------------	----------------------------------	--------------

Ativos em 31 de dezembro de 2010:

Títulos e valores mobiliários (sem liquidez imediata)	-	7.435	7.435
Contas a receber de clientes	147.295	-	147.295
Demais contas a receber	7.098	-	7.098
Estoques	18.922	-	18.922
Tributos a recuperar	19.910	-	19.910
Tributos diferidos	10.513	-	10.513
Depósitos judiciais	8.880	-	8.880
	<u>212.618</u>	<u>7.435</u>	<u>220.053</u>

Passivos mensurados
ao custo amortizado

Passivos em 31 de dezembro de 2010:

Empréstimos	85.530
Obrigações de arrendamento financeiro	5.741
Fornecedores	24.653
Salários e encargos sociais	39.891
Obrigações tributárias	95.553
Contas a pagar – aquisições	10.650
Adiantamentos de clientes	6.089
Demais contas a pagar	10.503
	<u>278.610</u>

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS
- CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou “impaired” pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Contas a receber de clientes-		
Contrapartes sem classificação externa de crédito:		
Grupo 1 - ensino superior	294.590	173.301
Grupo 2 - educação básica	<u>38.545</u>	<u>33.212</u>
	<u>333.135</u>	<u>206.513</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo:		
AAA	43.658	14.487
AA	-	10.420
A	68	3
Outros	<u>798</u>	<u>1.258</u>
	<u>44.524</u>	<u>26.168</u>

O saldo residual da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Títulos de dívida disponíveis para venda:		
AAA	107.865	-
AA	-	278
A	-	6.774
Outros	<u>-</u>	<u>383</u>
	<u>107.865</u>	<u>7.435</u>

7. CAIXA E BANCOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos	<u>27</u>	<u>13</u>	<u>44.709</u>	<u>26.168</u>

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários incluem ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, conforme a seguir:

Controladora (BR GAAP)

31/12/2011

Circulante:

Fundo de renda fixa (a)

4.568

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

31/12/2011 31/12/2010

Circulante:

Fundo de renda fixa (a)

1.552 -

Fundo exclusivo (b)

104.982 -

CDB (c)

104 -

106.638 -

Não circulante:

Título de capitalização (d)

800 -

CDB (e)

427 7.435

1.227 7.435

(a) Refere-se a aplicações financeiras em Fundo de Renda Fixa, de excedente de caixa diário, com rendimentos atrelados à variação do CDI.

(b) Refere-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, sendo 91,77% de CDB, 7,01% de CDI e 1,22% de LFTs.

(c) Referem-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI.

(d) Refere-se à aquisição de títulos de capitalização com vigência de 24 meses a partir de dezembro de 2011, com carência de 12 meses para o resgate antecipado.

- (e) São aplicações que não possuem liquidez imediata e foram classificadas como não circulantes. São todas aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI.

O rendimento médio mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de 0,80% do CDI (em 31 de dezembro de 2010 - 0.97% do CDI), e o montante de receitas financeiras geradas foi de R\$13.775 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$9.111).

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou “impaired”. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como disponíveis para venda.

9. CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ensino superior	294.590	173.301
Educação básica	<u>38.545</u>	<u>33.212</u>
	<u>333.135</u>	<u>206.513</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Ensino superior	(64.551)	(51.280)
Educação básica	<u>(7.566)</u>	<u>(6.967)</u>
	<u>(72.117)</u>	<u>(58.247)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	261.018	148.266
Ajuste a valor presente (a)	<u>(892)</u>	<u>(971)</u>
	<u>260.126</u>	<u>147.295</u>
Circulante	<u>240.558</u>	<u>124.451</u>
Não circulante (b)	<u>19.568</u>	<u>22.844</u>

- (a) O Ajuste a Valor Presente - AVP é calculado somente sobre os saldos das contas a receber das coleções de livros, por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando o Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic como taxa de desconto, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, devido ao fato de a Administração entender que é a taxa que melhor representa o custo de capital. A taxa média utilizada foi de 11% ao ano. À medida que ocorre a realização das contas a receber, o saldo classificado como AVP é reconhecido como receita financeira.

- (b) Refere-se a renegociações e créditos estudantis (ensino superior).

A partir do exercício de 2010, foi estabelecido que somente as mensalidades de ensino superior vencidas até 360 dias permaneceriam nas contas a receber:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Baixa dos títulos vencidos há mais de 360 dias	(38.465)	(23.396)
Baixa de provisão para créditos de liquidação duvidosa acumulada	(38.465)	(23.396)

A Companhia não possui operações de desconto de duplicata em 31 de dezembro de 2011.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Valores a vencer-	153.952	63.222
Vencidos:		
Até 30 dias	27.236	20.448
Entre 31 e 60 dias	20.994	15.979
Entre 61 e 90 dias	12.406	9.259
Acima de 91 e até 360 dias	118.547	97.605
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(72.117)	(58.247)
Ajuste a valor presente	(892)	(971)
	<u>260.126</u>	<u>147.295</u>

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	(58.247)
Adição proveniente de adquiridas	(21.021)
Baixa	38.465
Constituição	(31.314)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(72.117)</u>

A constituição da provisão para contas a receber é registrada no resultado do exercício na rubrica “Despesas com vendas” (nota explicativa nº 31). A despesa com descontos foi registrada na rubrica “Dedução da receita”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber supramencionada. A Companhia não mantém nenhuma garantia como título.

10. ESTOQUES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Livros e coleções “Pitágoras”	14.497	11.066
Software educacional	4.969	5.010
Materiais para publicidade e outros	69	1.935

Livros comerciais	2.158	1.737
Matéria-prima	450	1.477
Outros	1.138	708
Provisão para perdas (*)	<u>(1.153)</u>	<u>(3.011)</u>
	<u>22.128</u>	<u>18.922</u>

(*) A provisão para perdas prováveis sobre os estoques de livros e coleções de exercícios anteriores é calculada com base na expectativa de realização destes.

O custo dos estoques reconhecidos como custo dos produtos vendidos totalizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, R\$23.528 (31 de dezembro de 2010 - R\$22.769).

A movimentação da provisão para perda nos estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.049)
Provisão	(962)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.011)
Reversão	<u>1.858</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(1.153)</u>

11. ADIANTAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fornecedores:		
PFC Gestão Patrimonial - Campus Betim (a)	10.896	11.253
Construtora Almeida - Campus Raja (a)	4.277	5.837
Outros	2.447	4.658
Empregados (b)	11.591	3.967
Viagens	<u>484</u>	<u>730</u>
	29.695	26.445
 Circulante	 <u>17.938</u>	 <u>13.050</u>
Não circulante	<u>11.757</u>	<u>13.395</u>

(a) Consistem em antecipações a fornecedores para construção e manutenção dos prédios das unidades de ensino superior de Betim e Raja. Esses valores são classificados como recuperáveis no ativo circulante, pois serão compensados no pagamento mensal dos alugueis e corrigidos mensalmente, conforme determinado em contrato.

(b) Referem-se principalmente a adiantamentos de férias.

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante-		
IRPJ e CSLL a recuperar	<u>317</u>	<u>-</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante:		
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	14.620	11.714
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS IV - parcelas de adesão (b)	405	1.912
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recuperar (c)	2.985	1.055
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins a recuperar (c)	699	290
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN a recuperar (c)	849	224
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar	<u>64</u>	<u>22</u>
	19.622	15.217
 Não circulante-		
INSS a recuperar (d)	<u>1.537</u>	<u>4.693</u>
	<u>21.159</u>	<u>19.910</u>

- (a) Refere-se a crédito de imposto de renda de IRPJ e saldo negativo a recuperar de CSLL; deste total, a empresa EDE participa com R\$9.149, a IUNI com R\$1.275, a SPES teve retidos na fonte de seu faturamento R\$1.437 e as demais empresas somadas têm R\$2.759 do saldo apresentado, valores estes que poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.
- (b) Em abril de 2008, algumas controladas aderiram ao parcelamento regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/07, denominado “Parcelamento das IES”. Posteriormente, as mesmas controladas resolveram abandonar essa modalidade de parcelamento e aderiram ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/09. Até julho de 2011 a maior parte dos débitos a serem incluídos no parcelamento não foi consolidada, tendo a Companhia decisões judiciais favoráveis determinando que a Receita Federal efetive a consolidação do parcelamento, e o órgão público já se manifestou formalmente no sentido de que cumprirá a determinação judicial. Assim, até que a Receita Federal do Brasil - RFB solucione problemas sistêmicos as parcelas pagas de adesão ao REFIS IV serão controladas no ativo.
- (c) Referem-se a tributos retidos na fonte vinculados à emissão de notas fiscais da prestação de serviços efetuados pela controlada SPES.
- (d) Refere-se de pagamentos de parcelas de adesão ao “Parcelamento das IES”, modalidade de parcelamento exclusivo a instituições de ensino superior e que não foi levada adiante devido à adesão ao parcelamento REFIS IV. Os valores estão concentrados na empresa UNIME LF e serão objeto de pedido administrativo de ressarcimento e/ou compensação com outros débitos tributários.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

a.1) Controladora (BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	37.574	(29.623)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>(12.775)</u>	<u>10.072</u>
Reconciliação:		
Equivalência patrimonial	14.415	(9.565)
Crédito tributário não constituído	<u>(1.839)</u>	<u>(507)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	<u>(199)</u>	<u>-</u>

a.2) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	42.680	(27.186)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>(14.511)</u>	<u>9.243</u>
Reconciliação:		
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i)	25.487	10.009
Adições (exclusões) líquidas	593	(8.323)
Crédito tributário não constituído	<u>(16.874)</u>	<u>(13.366)</u>
	<u>(5.305)</u>	<u>(2.437)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	(2.338)	(1.557)
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado do exercício	(2.967)	(880)
(i) Corresponde a empresas que possuem isenção do imposto de renda e da contribuição social devido à adesão ao ProUni.		

As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos incluídos nos registros contábeis, preparados de acordo com as IFRSs, foram reconhecidas como diferenças temporárias, para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida à despesa (ou receita) no resultado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos, registrados substancialmente na controlada EDE, apresentam-se como segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Prejuízos fiscais de imposto de renda	5.392	5.171
Bases negativas de contribuição social	1.941	1.861
Diferenças temporárias (principalmente ágios)	<u>-</u>	<u>3.481</u>
	<u>7.333</u>	<u>10.513</u>

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2011	-	3.449
2012	-	1.504
2013	5.271	1.941
2014	808	2.608
2015	844	1.011
2016	<u>410</u>	<u>-</u>
	<u>7.333</u>	<u>10.513</u>

Além desse ativo fiscal diferido, a Companhia possui em seus registros fiscais o montante de R\$16.874 a compensar (31 de dezembro de 2010 - R\$13.366), com lucros tributários futuros, ainda não registrado contabilmente, por não ser possível afirmar que sua realização é considerada provável.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido das empresas controladas pela Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos, são demonstrados como segue:

	31/12/2010	Reconhecido no resultado	Reconhecido no ágio pela alocação aos intangíveis	31/12/2011
<u>No ativo</u>				
Imposto de renda:				
Prejuízos fiscais	5.171	222	-	5.392
Provisões temporárias:				
Ágio por incorporação	1.989	(1.989)	-	-
Baixa do ativo diferido	<u>570</u>	<u>(570)</u>	-	-
	7.730	(2.337)	-	5.392
Contribuição social:				
Base de cálculo negativa	1.861	80	-	1.941
Provisões temporárias:				
Ágio por incorporação	716	(716)	-	-
Baixa do ativo diferido	<u>206</u>	<u>(206)</u>	-	-
	2.783	(842)	-	1.941
Ativo não circulante	<u>10.513</u>	<u>(3.179)</u>	-	<u>7.333</u>
<u>No passivo</u>				
Imposto de renda diferido	1.189	(156)	73.961	74.994
Contribuição social diferida	428	(56)	26.626	26.998
Passivo não circulante	<u>1.617</u>	<u>(212)</u>	<u>100.587</u>	<u>101.992</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições de vida útil indefinida.

Na controlada SPES foi originado sobre a aquisição do Colégio Cidade Jardim, posteriormente incorporado, tornando o ágio dedutível, para fins de imposto de renda e contribuição social. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida não devem sofrer amortização; porém, esse ágio está sendo amortizado fiscalmente, reduzindo a base para recolhimento do imposto. Sobre o valor amortizado fiscalmente foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$1.405 (31 de dezembro de 2010 - R\$937).

Na controlada EDE, o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram constituídos aplicando-se a alíquota nominal aos ativos intangíveis segregados do ágio gerado na aquisição da controlada Unopar, ocorrida em dezembro de 2011. O saldo constituído é de R\$100.587.

c) Incentivos fiscais

O ProUni estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

Segundo a Instrução Normativa nº 456, de 5 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao ProUni fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- Imposto de renda e contribuição social com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.
- Cofins e PIS referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Devido à isenção desses tributos a quem adere ao ProUni, as controladas que possuem prejuízo fiscal e base negativa não efetuam contabilização de créditos tributários, devido a não relevância de sua alíquota efetiva. Os créditos tributários não constituídos em virtude do ProUni em 2011 representam R\$25.487.

Adicionalmente, as empresas que têm como atividade principal a comercialização de livros gozam do benefício do não recolhimento do PIS e da Cofins sobre as receitas provenientes da venda de livros no mercado interno, conforme estabelecido pelo artigo 28 da Lei nº 10.865/04. Essas empresas também gozam da não incidência do ICMS sobre a circulação de livros didáticos.

14. DEMAIS CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante:		
Operações de cartão de crédito (a)	2.831	1.649
Direitos sobre cessão de bens (b)	1.494	-
Despesas antecipadas (c)	1.211	274
Projeto Catraca Eletrônica (d)	-	821
Créditos com a Vertia (e)	-	370
	<u>5.536</u>	<u>3.114</u>

31/12/2011 31/12/2010

Não circulante:

Garantia das contingências (f)	109.957	3.541
Venda da controlada SUESC (g)	2.014	-
Créditos com a Fundação Pitágoras (h)	1.098	-
Direitos sobre cessão de bens (b)	995	-
Créditos com adquiridas (i)	<u>160</u>	<u>443-</u>
	<u>114.224</u>	<u>3.984</u>

- (a) Saldo a receber das operadoras de cartão de crédito referente aos pagamentos dos alunos por meio dessa modalidade.
- (b) Saldos a receber pela transferência de propriedade aos polos de EAD de equipamentos de informática e audiovisuais. A controlada Unopar mantém contratos para compra de bens por meio de arrendamento financeiro e transfere os bens aos polos parceiros. A controlada mantém, dessa forma, um passivo financeiro, conforme a nota explicativa nº 19.
- (c) Referem-se aos saldos de despesas antecipadas representados principalmente por prêmios de seguro.
- (d) Em 2010, a Companhia recebeu um incentivo financeiro do Banco Santander, por meio do Projeto de Inovação Tecnológica - PIT, para a aquisição de catracas e equipamentos de controle às áreas restritas das unidades de ensino superior.
- (e) Referem-se a créditos a receber da Vertia, empresa que controla a carteira cindida da IUNI e os imóveis alugados utilizados por algumas das unidades de ensino superior da Companhia.
- (f) Refere-se às garantias atreladas aos processos judiciais em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. O saldo são as garantias dos vendedores das controladas Iuni e Unopar. No caso de julgamentos desfavoráveis esses valores poderão ser levantados juntos aos vendedores sem causar ônus à Companhia..
- (g) O valor a receber pela venda da SUESC está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISSQN, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia tem o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e com isto poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço definido em contrato de R\$2.014 e o valor da causa. O valor a pagar está registrado na rubrica “Demais contas a pagar” do passivo circulante. Ambos os saldos, em 31 de dezembro de 2011, são de R\$2.014, corrigidos mensalmente.
- (h) Referem-se aos créditos a receber da Fundação Pitágoras pela controlada EDE.
- (i) Referem-se ao pagamento de despesas de controladas adquiridas que serão descontadas dos vendedores em parcelas futuras.

15. INVESTIMENTOS

a) Informação sobre investimentos da controladora

Controlada EDE

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Quantidade de cotas possuídas	1.115.447.396	843.569.174
Participação no capital social - %	100	100
Capital social	1.115.447	790.891
Patrimônio líquido	1.152.801	786.893
Lucro (prejuízo) do exercício	41.352	(28.131)
Saldo contábil do investimento (*)	1.152.801	765.427
Equivalência patrimonial	41.352	(28.131)

(*) O saldo contábil do investimento e o patrimônio líquido da controlada diferem devido à participação recíproca entre as empresas em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, não há participação recíproca entre as empresas, ficando, assim, o saldo do investimento da controladora igual ao saldo do patrimônio líquido da controlada.

A movimentação do investimento no exercício é como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	765.427	793.415
Aumento de capital (i)	324.556	551
Resultado de equivalência patrimonial	41.352	(28.131)
Compra de ações para tesouraria	(4.704)	(3.304)
Outorga do plano de opção de ações	2.469	3.031
Cisão do plano de opção de ações em tesouraria (ii)	23.701	-
Outros	-	(135)
Saldo final	<u>1.152.801</u>	<u>765.427</u>

(i) A Companhia formalizou, em setembro de 2011, o envio de recursos à controlada EDE para o aumento de capital homologado em dezembro de 2011, no valor líquido de R\$324.556, já descontados os saldos de ações em tesouraria e plano de opção de ações que a EDE possuía registradas em seu patrimônio, que originavam participação recíproca entre as partes.

(ii) Com a formalização do adiantamento para futuro aumento de capital enviado pela Companhia à EDE em setembro de 2011, houve a retirada dos saldos de ações emitidas pela Companhia que a EDE possuía em tesouraria e também a saída do plano de opção de ações da EDE para a Companhia, eliminando, dessa forma, os saldos de participação recíproca que existiam entre a controladora e a controlada.

Controlada Unopar

	<u>31/12/2011</u>
Quantidade de cotas possuídas	16.125.360
Participação no capital social - %	20
Capital social	80.627
Passivo a descoberto	(56.375)
Lucro do período de um mês	5.225
Saldo contábil do investimento - passivo a descoberto	(11.275)
Equivalência patrimonial (um mês)	1.045

A movimentação do investimento no exercício é como segue:

	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	(12.319)
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.044</u>
Saldo final	<u>(11.275)</u>

b) Informações sobre investimentos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
- participação da EDE nas suas controladas

	Quantidade de cotas possuídas		Capital social		Patrimônio líquido	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ÁGORA	915.250	809.198	915	809	(219)	114
ALBA (i)	250.000	-	250	-	2.767	-
CEAMA (ii)	1.100.000	-	1.100	-	(13.176)	-
FAIS (iii)	100.000	-	100	-	(1.391)	-
FATEC	916.919	916.919	917	917	729	687
GK	920.095	471.168	920	471	98	(62)
INADE	1.174.539	1.000.000	1.175	1.000	1.883	2.647
ORME	23.756.323	19.563.840	23.756	19.564	9.098	12.804
PAX	7.076.972	7.076.972	7.077	7.077	9.524	6.522
PROJECTA EDE	10.234.275	9.233.336	10.234	9.233	6.043	4.951
PSES	126.706.854	124.036.613	126.707	124.037	154.797	136.407
SPES	18.352.151	18.352.151	18.352	18.352	19.656	19.201
SUESC (iv)	-	24.762.598	-	24.763	-	15.052
UMEP	20.292.748	19.759.874	20.293	19.760	8.122	7.464
UNIÃO (v)	3.200.000	-	3.200	-	(594)	-
UNILINHARES	8.670.535	8.157.757	8.671	8.158	7.317	6.831
UNOPAR (vi)	64.501.440	-	80.627	-	(56.375)	-
IUNI (vii)	220.571.006	2.000.000	220.571	2.000	211.978	(73.755)
FAMA MARABÁ (vii)	291.900	291.900	292	292	(227)	(228)
UNIC PRIMAVERA ANTIGA (vii)	366.000	366.000	366	366	1.455	(61)
UNIC PRIMAVERA NOVA (vii)	1.457.000	1.457.000	1.457	1.457	6.276	2.009
UNIC ROO AE (vii)	150.000	150.000	150	150	5.720	3.267
UNIC ROO FP (vii)	2.847.631	2.111.703	2.848	2.112	776	(1.504)
UNIC SINOP (vii)	120.000	120.000	120	120	4.238	2.840
UNIC TANGARÁ NORTE (vii)	3.446.488	3.097.000	3.446	3.097	(21)	(1.278)
UNIC TANGARÁ SUL (vii)	3.236.010	3.236.010	3.236	3.236	4.905	541
UNIC VG (vii)	271.100	271.100	271	271	1.335	1.340
UNIME ITABUNA	5.329.858	5.069.000	5.330	5.069	9.590	2.889
UNIME SALVADOR (vii)	8.273.991	7.115.000	8.274	7.115	5.884	178
UNIME LF (vii)	27.429.224	23.718.026	27.429	23.718	14.012	(1.119)
FAMA MACAPÁ (vii)	4.153.364	40.000	4.153	40	4.557	(1.585)

	Lucro (prejuízo) do exercício		Saldo contábil do investimento na controlada EDE		Equivalência patrimonial na controlada EDE	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ÁGORA	(439)	(35)	(219)	114	(439)	(35)
ALBA (i)	32	-	2.767	-	32	-
CEAMA (ii)	35	-	(13.176)	-	35	-
FAIS (iii)	289	-	(1.391)	-	289	-
FATEC	43	11	729	687	43	11
GK	(289)	(534)	98	(62)	(289)	(534)
INADE	(938)	(891)	1.883	2.647	(938)	(891)
ORME	(7.899)	(2.539)	9.098	12.804	(7.899)	(2.539)
PAX	3.003	950	9.524	6.522	3.003	950
PROJECTA EDE	91	(1.566)	6.043	4.951	91	(1.566)
PSES	15.720	(15.374)	154.797	136.407	15.720	(15.374)
SPES	456	3.152	19.656	19.201	456	3.152
SUESC (iv)	-	(5.034)	-	15.052	-	(5.034)
UMEP	125	(691)	8.122	7.464	125	(691)
UNIÃO (v)	106	-	(594)	-	106	-
UNILINHARES	(27)	920	7.317	6.831	(27)	920
UNOPAR (vi)	5.225	-	(45.100)	-	4.180	-
IUNI (vii)	67.162	41.905	211.978	(73.755)	67.162	41.905
FAMA MARABÁ (vii)	1	(51)	(227)	(228)	1	(51)
UNIC PRIMAVERA ANTIGA (vii)	1.516	870	1.455	(61)	1.516	870
UNIC PRIMAVERA NOVA (vii)	4.819	2.259	6.276	2.009	4.819	2.259
UNIC ROO AE (vii)	5.570	3.866	5.720	3.267	5.570	3.866
UNIC ROO FP (vii)	1.544	903	776	(1.504)	1.544	903
UNIC SINOP (vii)	2.325	1.107	4.238	2.840	2.325	1.107
UNIC TANGARÁ NORTE (vii)	908	38	(21)	(1.278)	908	38
UNIC TANGARÁ SUL (vii)	4.364	1.189	4.905	541	4.364	1.189
UNIC VG (vii)	786	1.219	1.335	1.340	786	1.219
UNIME ITABUNA	6.440	4.855	9.590	2.889	6.440	4.855
UNIME SALVADOR (vii)	4.548	216	5.884	178	4.548	216
UNIME LF (vii)	11.420	8.770	14.012	(1.119)	11.420	8.770
FAMA MACAPÁ (vii)	2.028	853	4.557	(1.585)	2.028	853

- (i) Em 15 de dezembro de 2011, a EDE adquiriu 100% das cotas de emissão da Alba. A consolidação da adquirida ocorreu a partir do dia 1º de dezembro de 2011; portanto, possui um mês de resultado refletido na Companhia.
- (ii) Em 18 de julho de 2011, a EDE adquiriu 100% das cotas de emissão da Ceama. A consolidação da adquirida ocorreu a partir do dia 1º de julho de 2011; portanto, possui seis meses de resultado refletidos na Companhia.
- (iii) Em 3 de novembro, a EDE adquiriu 100% das cotas de emissão da FAIS. A consolidação da adquirida ocorreu a partir do dia 1º de novembro de 2011, possuindo dois meses de resultados refletidos na Companhia.
- (iv) A controlada SUESC foi vendida em 30 de abril de 2011, registrando uma perda de investimento de R\$3.221, portanto possui 4 meses de resultados refletidos na Companhia.
- (v) Em 14 de julho de 2011, a EDE adquiriu 100% das cotas de emissão da União. A consolidação da adquirida ocorreu a partir do dia 1º de julho de 2011; portanto, possui seis meses de resultado refletidos na Companhia.
- (vi) Em 15 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu 100% das cotas da Unopar, sendo 20% adquiridas diretamente pela Companhia e 80% por meio de sua controlada EDE. A consolidação da adquirida ocorreu a partir do dia 1º de dezembro de 2011; portanto, possui um mês de resultado refletido na Companhia.
- (vii) Lucro e equivalência a partir do mês de março de 2010, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	Taxa média anual de depreciação - %	31/12/2011			31/12/2010		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Equipamentos de informática	20	42.699	(25.762)	16.937	27.215	(14.947)	12.268
Móveis, equipamentos e utensílios	10	113.711	(42.387)	71.324	76.228	(24.049)	52.179
Biblioteca	10	60.436	(23.902)	36.534	42.873	(15.321)	27.552
Edificações e benfeitorias	4	92.746	(14.182)	78.564	112.100	(16.386)	95.714
Imobilizado em andamento	-	10.559	-	10.559	14.479	-	14.479
Terrenos	-	<u>32.346</u>	<u>-</u>	<u>32.346</u>	<u>21.174</u>	<u>-</u>	<u>21.174</u>
		<u>352.497</u>	<u>(106.233)</u>	<u>246.264</u>	<u>294.069</u>	<u>(70.703)</u>	<u>223.366</u>

A depreciação alocada às rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas administrativas” do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$23.273 (31 de dezembro de 2010 - R\$20.528).

Os itens do ativo imobilizado não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação.

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	8.900	29.885	19.703	74.535	20.476	14.154	167.653
Adições	5.145	11.917	5.003	2.043	8.854	5.804	38.766
Adição proveniente de adquirida	2.822	16.599	6.967	7.741	2.941	1.216	38.286
Baixas	(17)	(155)	(495)	(144)	-	-	(811)
Depreciação	(4.582)	(6.067)	(3.626)	(6.253)	-	-	(20.528)
Transferência	-	-	-	17.792	(17.792)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	12.268	52.179	27.552	95.714	14.479	21.174	223.366
Adições	3.288	15.340	5.803	3.581	5.001	-	33.013
Adição proveniente das adquiridas (i)	6.237	13.512	8.406	9.034	30	11.172	48.391
Adição proveniente da alocação de ágio (ii)	-	-	-	2.132	-	-	2.132
Baixa proveniente da venda de controlada (iii)	(157)	(726)	(625)	-	-	-	(1.508)
Baixa proveniente da venda de imóvel (iv)	-	-	-	(25.477)	-	-	(25.477)
Demais baixas (v)	-	(159)	-	(10.221)	-	-	(10.380)
Depreciação	(4.667)	(8.854)	(4.602)	(5.150)	-	-	(23.273)
Transferências	(32)	32	-	8.951	(8.951)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>16.937</u>	<u>71.324</u>	<u>36.534</u>	<u>78.564</u>	<u>10.559</u>	<u>32.346</u>	<u>246.264</u>

(i) Adição líquida referente às aquisições da Ceama e União ocorridas em julho de 2011, FAIS em novembro de 2011 e Unopar em dezembro de 2011 (vide nota explicativa nº 15).

(ii) Parte do ágio gerado na aquisição da Ceama refere-se à mais-valia do imóvel localizado na cidade de São Luís/MA.

(iii) Baixa referente aos saldos da controlada SUESC alienada em abril de 2011.

- (iv) Baixa correspondente ao saldo líquido de imóvel e benfeitorias, referente à venda do imóvel da cidade do Rio de Janeiro ocorrida em setembro de 2011, pelo valor de R\$40.766.
- (v) O valor de R\$10.226 refere-se ao saldo líquido de benfeitorias de unidades de ensino superior, sendo elas Centro, Guajajaras e Rio de Janeiro, e estrutura administrativa, todas localizadas em Belo Horizonte e que foram desativadas.

A Companhia arrenda equipamentos de informática por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos médios de 6,68% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os equipamentos são de propriedade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de arrendamentos totalizava R\$10.918 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$5.741).

17. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	Softwares	Desenvolvimento de projetos internos (b)	Ágio pago em aquisições (a)	Intangíveis identificados em aquisições (c)	Total
Custo total	12.643	77.787	103.772	-	194.202
Amortização acumulada	<u>(3.528)</u>	<u>(4.371)</u>	<u>(12.727)</u>	<u>-</u>	<u>(20.626)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>9.115</u>	<u>73.416</u>	<u>91.045</u>	<u>-</u>	<u>173.576</u>
Adições provenientes de adquiridas	4.298	-	77.194	-	81.492
Adições	6.338	732	326.582	28.069	361.721
Baixas	(44)	(262)	(2.876)	-	(3.182)
Ajuste de ágio	-	-	(3.127)	-	(3.127)
Amortização	<u>(2.879)</u>	<u>(4.833)</u>	<u>-</u>	<u>(5.614)</u>	<u>(13.326)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	16.828	69.053	488.818	22.455	597.154
Custo total	23.201	78.250	501.339	28.069	630.859
Amortização acumulada	<u>(6.373)</u>	<u>(9.197)</u>	<u>(12.521)</u>	<u>(5.614)</u>	<u>(33.705)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>16.828</u>	<u>69.053</u>	<u>488.818</u>	<u>22.455</u>	<u>597.154</u>
Adições	7.356	6.199	1.209.363	304.877	1.527.795
Adição proveniente de adquiridas (i)	799	-	-	-	799
Baixas (ii)	-	-	(7.607)	-	(7.607)
Baixa proveniente de venda de controlada (iii)	(5)	(385)	-	-	(390)
Amortização	<u>(4.920)</u>	<u>(7.875)</u>	<u>-</u>	<u>(8.339)</u>	<u>(21.134)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	20.058	66.992	1.690.574	318.993	2.096.617
Custo total	<u>31.894</u>	<u>84.017</u>	<u>1.703.095</u>	<u>332.946</u>	<u>2.151.952</u>
Amortização acumulada	<u>(11.836)</u>	<u>(17.025)</u>	<u>(12.521)</u>	<u>(13.953)</u>	<u>(55.335)</u>

- (i) Adição líquida referente às aquisições da Ceama e União ocorridas em julho, FAIS ocorrida em novembro e Unopar em dezembro, todas em 2011 (vide notas explicativas nº 15 e 34).
- (ii) Baixas do valor justo do imóvel na cidade do Rio de Janeiro no valor de R\$7.550, ocorrida em setembro de 2011, e o valor de R\$57 refere-se à baixa dos ágios de Fama Marabá e Unic VG.
- (iii) Refere-se aos saldos da controlada SUESC, alienada em abril de 2011.

A amortização alocada ao custo dos serviços prestados e às despesas administrativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$21.048 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$13.326).

a) Desenvolvimento de projetos internos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Novas unidades e novos cursos (i)	44.250	50.077
Sistema Universitário Pitágoras (ii)	5.658	6.621
Novos contratos - Rede (iii)	6.438	7.287
Ensino à distância (iv)	2.876	3.233
Avaliação ensino superior (v)	1.650	1.835
Produção de conteúdo (vi)	<u>6.120</u>	<u>-</u>
	<u>66.992</u>	<u>69.053</u>

- (i) Referem-se aos gastos incorridos ao desenvolvimento de projetos com vida útil estimada de 10 anos, conforme abaixo:
- Abertura das unidades Ipatinga, Betim, São Luís, Poços de Caldas, Uberlândia, Guarapari, Votorantim, Feira de Santana, Contagem e Governador Valadares e expansão dos “campi” de Venda Nova e Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte.
 - Investimentos em lançamento de novos produtos.
 - Infraestruturas operacional e tecnológica adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior.
 - Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento de novos “campi” e cursos.
- (ii) Refere-se a gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento de metodologias acadêmica (guia para os alunos e professores e sistemas de avaliação) e operacional (manual de operações), para garantir o crescimento do Sistema Universitário Pitágoras. A amortização ocorre por um período máximo de 10 anos.
- (iii) Referem-se aos gastos incorridos com o desenvolvimento de produtos a serem vendidos pela Rede Católica e Rede Pitágoras. A amortização ocorre por um período máximo de 10 anos.
- (iv) Refere-se aos gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento do novo negócio de educação à distância, com o objetivo de oferecer ensino superior semipresencial e via Internet em diversas localidades do País. A amortização ocorre por um período máximo de 10 anos.
- (v) Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento de um novo produto e metodologia para avaliação de ensino superior, oferecido pela controlada INADE. A amortização ocorre por um período máximo de 10 anos.
- (vi) Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo pedagógico e de banco de dados educacional. Conforme os projetos são finalizados, a amortização é iniciada por um período máximo de dois anos.

b) Ágio pago em aquisição de controladas

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos (para aquisições após 1º de janeiro de 2009) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio pago em aquisições de controladas e incorporadas é composto por:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Aesg (i) (v)	-	-	2.209	2.209
Ceama (i)	-	-	33.997	-
Cidade Jardim (ii)	-	-	6.889	6.889
EDE (iii)	59.450	59.450	59.450	59.450
Factef (i) (v)	-	-	5.423	5.423
Fadom (i) (v)	-	-	9.358	9.358
FAIS (i)	-	-	5.722	-
Fatec (i)	-	-	305	305
GK (i)	-	-	500	500
Japi (i) (v)	-	-	3.809	3.809
Nabec (i) (v)	-	-	130	130
São Francisco (i) (v)	-	-	928	928
Sesg (i) (v)	-	-	1.819	1.819
SUESC (i)	-	-	-	7.550
Umep (i)	-	-	11.550	11.550
Unilinhares (i)	-	-	10.477	10.477
União (i)	-	-	6.037	-
Uniminas (i) (v)	-	-	20.030	20.030
Unopar (i)	233.268	-	1.163.607	-
IUNI (iv) (v)	-	-	271.197	271.197
Fama Marabá (i)	-	-	-	254
Fama Macapá (i)	-	-	8.007	8.007
Unic Primavera Antiga (i)	-	-	3.457	3.457
Unic Primavera Nova (i)	-	-	7.673	7.673
Unic ROO AE (i)	-	-	8.848	8.848
Unic ROO FP (i)	-	-	2.780	2.780
Unic Sinop (i)	-	-	2.666	2.666
Unic Tangará Norte (i)	-	-	8.084	8.084
Unic Tangará Sul (i)	-	-	8.792	8.792
Unic Várzea Grande	-	-	-	(197)
Unime Itabuna (i)	-	-	15.700	15.700
Unime Salvador (i)	-	-	11.130	11.130
	<u>292.718</u>	<u>59.450</u>	<u>1.690.574</u>	<u>488.818</u>

- (i) Referem-se aos ágios registrados nas aquisições de faculdades, com fundamentação em expectativas de rentabilidade futura, exceto SUESC, registrado basicamente em virtude da mais-valia do ativo imobilizado, baixado em setembro de 2011, após a venda do imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro.

- (ii) Refere-se ao ágio registrado no aumento da participação da PSES, no Colégio Pitágoras Cidade Jardim S.A., o qual foi incorporado pela PSES em outubro de 2003. Em janeiro de 2007, esse ágio foi transferido para a SPES, em virtude da aquisição do Colégio Cidade Jardim.
- (iii) O saldo de R\$7.191 refere-se a ágio registrado originalmente na Apollo Partners, em virtude da aquisição de cotas da EDE detidas pela Apollo Europe. Na reestruturação societária ocorrida no segundo trimestre de 2007, houve incorporação reversa da Apollo Partners pela EDE para aproveitamento fiscal do ágio e, em linha com as diretrizes da Instrução CVM nº 349/01, foi constituída provisão na incorporada, no montante da diferença entre o valor do ágio e o benefício fiscal decorrente de sua amortização. Na conclusão do processo de reestruturação, o ágio foi recomposto na controladora em consonância com a Instrução CVM nº 349/01. O restante do saldo, no valor de R\$52.259, refere-se ao ágio gerado na troca de ações ocorrida em setembro de 2010, entre os sócios da Companhia e os sócios da IUNI, que tornou a EDE subsidiária integral da Companhia.
- (iv) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, refere-se ao ágio gerado na aquisição da IUNI, representado pelo pagamento de R\$188.859 em caixa e 4.200.000 “units” da Companhia, deduzidos dos valores atribuídos à carteira de clientes e à mais-valia do imobilizado, conforme aplicação do pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios.
- (v) Controladas incorporadas pela EDE em 1º de agosto de 2010.

Testes do ágio para verificação de “impairment”

O ágio é alocado às UGC, identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Educação básica	59.450	59.450	66.339	66.339
Ensino superior	<u>233.268</u>	-	<u>1.624.235</u>	<u>422.479</u>
	<u>292.718</u>	<u>59.450</u>	<u>1.690.574</u>	<u>488.818</u>

Os ágios foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando as UGC pela companhia, para avaliar a recuperação dos ágios, que correspondem a cada uma das unidades. O cálculo considera cinco anos de projeção, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento real de 3,0% ao ano. A taxa de desconto nominal utilizada foi de 12,9% ao ano.

As premissas utilizadas na projeção consideram o número médio de alunos dos “campi”, com crescimento médio de 5,3% ao ano, suportado pela abertura de novos cursos.

c) Intangíveis identificados em aquisições

Parte do ágio pago na compra das adquiridas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de ganho futuro.

Controladora (BR GAAP)

	Carteira de clientes (i)		Licenças e rede parceira de polos (ii)	Marca (ii)	Total
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo	
Unopar	<u>22.693</u>	<u>(378)</u>	<u>36.470</u>	<u>6</u>	<u>58.791</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Carteira de clientes (i)		Não competição (i)		Licenças e rede parceira de polos (ii)	Marca (ii)	Total
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Amortização acumulada	Custo	Custo	
Ceama	5.283	(528)	204	(21)	-	-	4.938
FAIS	819	(27)	213	(7)	-	-	998
IUNI	28.069	(11.228)	-	-	-	-	16.841
União	2.110	(211)	403	(40)	-	-	2.262
Unopar	<u>113.464</u>	<u>(1.891)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>182.350</u>	<u>31</u>	<u>293.954</u>
	<u>149.745</u>	<u>(13.885)</u>	<u>820</u>	<u>(68)</u>	<u>182.350</u>	<u>31</u>	<u>318.993</u>

(i) Ativos intangíveis com vida útil estimada em até cinco anos.

(ii) Ativos intangíveis de vida útil indefinida e sujeitos a testes anuais de recuperação.

18. FORNECEDORES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

No consolidado, o saldo de fornecedores é composto por fornecedores de materiais e serviços para os cursos de ensino superior (presencial e EAD), por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos do sistema de ensino Pitágoras e dos colégios próprios, e por consultorias voltadas para a área de educação.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Moeda nacional:		
BDMG (i)	7.883	10.912
Capital de giro (ii)	2.128	74.618
Arrendamento mercantil financeiro (iii)	<u>10.918</u>	<u>5.741</u>
	<u>20.929</u>	<u>91.271</u>
Circulante	10.461	34.046
Não circulante	10.468	57.225

- (i) Refere-se ao financiamento provido com recursos do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - FINDES, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, para expansão das operações de ensino superior. O recurso obtido foi investido em livros, móveis, máquinas, equipamentos de laboratório e informática e obras civis e infraestruturas de logística e tecnologia da informação.

O valor total do financiamento é de R\$15.000, com juros de 6% ao ano e atualização pelo IPCA (2010 - 5,91%), carência de 24 meses a partir de dezembro de 2006 e amortização em 60 meses. Em caso de adimplência das 12 primeiras parcelas, a taxa de juros será reduzida a 4% ao ano.

O contrato não requer a manutenção de índices financeiros “covenants”.

- (ii) Refere-se a empréstimo para capital de giro. Os encargos financeiros contratados são atrelados à taxa prefixada de 9,5% ao ano.

Em julho e agosto de 2011, a Companhia liquidou, dos empréstimos de capital de giro, o montante de R\$71.784.

- (iii) Certos equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 6,68% ao ano e variação de encargos de 1,09% a 1,70%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorrerá em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”.

O montante de R\$2.175 refere-se a arrendamentos financeiros para compra de bens destinados aos polos parceiros, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. O período e valor a receber dos polos são os mesmos do contrato de arrendamento.

Os saldos de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ano de vencimento:		
2012	-	31.788
2013	7.112	20.586
2014	1.777	1.315
2015	715	1.343
2016	384	833
2017	384	833
2018	96	527
	<u>10.468</u>	<u>57.225</u>

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	91.271	14.869
Adições	43.802	79.179
Adições provenientes de adquiridas (i)	9.422	150.077
Juros provisionados	6.897	(4.870)
Baixa proveniente da venda da controlada SUESC	(20)	-
Amortização de encargos	(7.609)	(1.280)
Amortização de principal (ii)	(122.834)	(146.704)
Saldo final	<u>20.929</u>	<u>91.271</u>

(i) Adição referente aos saldos das controladas Ceama e União adquiridas em julho, FAIS em novembro, Unopar em dezembro de 2011 e IUNI em 2010.

(ii) Com a captação de recursos provenientes da emissão de ações da Companhia, todos os empréstimos foram quitados, ficando em aberto somente aqueles que a Administração da Companhia entende que tenham baixo custo de capital.

c) Arrendamentos financeiros

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido ao arrendador no caso de inadimplência.

20. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - CCB

31/12/2011

Passivo não circulante	<u>544.339</u>
------------------------	----------------

A Cédula de crédito Bancário – CCB foi emitida em 15 de dezembro de 2011, com juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2,078% ao ano.

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia, por meio da controlada EDE, realizou sua primeira emissão de debêntures, realizada em série única. Nessa data foram subscritas 550 debêntures com valor unitário de R\$1.000 cada uma, totalizando R\$550.000.

A data de subscrição das debêntures tem efeito retroativo, segundo condição do empréstimo existente já firmada à CCB substituindo-a, no valor de R\$550.000, emitida em 15 de dezembro de 2011.

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações.

As debêntures possuem juros de 2,0% ao ano e atualização de 100% do CDI. O prazo de vencimento é de sete anos contados da data de emissão. Após uma carência de três anos, os pagamentos ocorrerão anualmente nos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

Emissão da CCB	550.000
Juros provisionados	2.961
Custo com emissão da CCB	(8.674)
Custos apropriados	<u>52</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>544.339</u>

O contrato requer a manutenção de índices financeiros “covenants”. Os “covenants” serão calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas aos períodos que compreendem 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício social e serão exigidos a partir de 2012 até 2018, data do vencimento final.

Os índices financeiros serão resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” e do quociente da divisão do EBITDA pelo resultado financeiro.

Os índices são: relação dívida líquida sobre EBITDA não superior a 4 até 2013, reduzindo até 3 no exercício de 2016, e o EBITDA pelo resultado financeiro não inferior a 1,2.

Segue a abertura dos pagamentos, por ano de vencimento:

31/12/2011

Ano de vencimento:	
2014	108.868
2015	108.868
2016	108.868
2017	108.868
2018	<u>108.867</u>
	<u>544.339</u>

21. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários a pagar	-	-	13.725	6.437
INSS a recolher	13	-	7.843	6.516
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	10	-	2.881	2.679
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	37	-	6.696	3.388
Provisão de férias	106	-	17.304	12.874
Encargos sobre provisões	35	-	5.538	3.802
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>6.175</u>	<u>4.195</u>
	<u>202</u>	<u>-</u>	<u>60.162</u>	<u>39.891</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado do exercício nas rubricas “Custo dos serviços prestados”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

A movimentação do saldo de salários e encargos sociais está demonstrada a seguir:

	<u>Provisão de férias</u>	<u>Provisão de 13º salário</u>	<u>Provisão de encargos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	8.012	-	2.685	10.697
Adições	54.936	43.913	31.062	129.911
Pagamentos	<u>(50.074)</u>	<u>(43.913)</u>	<u>(29.945)</u>	<u>(123.932)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	12.874	-	3.802	16.676
Adições	174.576	93.781	88.834	357.191
Pagamentos	<u>(170.146)</u>	<u>(93.781)</u>	<u>(87.098)</u>	<u>(351.025)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>17.304</u>	<u>-</u>	<u>5.538</u>	<u>22.842</u>

22. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Recebimentos antecipados por matrículas e mensalidades (*)	<u>22.582</u>	<u>6.089</u>

(*) Os recebimentos antecipados por conta de matrículas e/ou mensalidades do ano letivo que se inicia são apropriados à receita ao longo dos semestres à medida que os serviços são prestados.

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
REFIS IV (a)	37.535	40.893
Parcelamentos do INSS (b)	3.970	6.635
Parcelamentos municipais (c)	3.503	4.870
Parcelamentos trabalhistas (d)	<u>1.569</u>	<u>-</u>
	<u>46.577</u>	<u>52.398</u>
 Circulante	 <u>9.721</u>	 <u>7.090</u>
Não circulante	<u>36.856</u>	<u>45.308</u>

(a) REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a RFB instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pelas controladas da Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

As controladas formalizaram a opção pelo parcelamento entre os meses de setembro e novembro de 2009, em até 180 meses, e até esta data vêm cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa, em que a maior parte do parcelamento ainda não foi consolidado por falta e/ou problemas de sistemas informatizados da RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Companhia obteve decisões judiciais favoráveis determinando a consolidação do parcelamento, e a RFB e PGFN responderam formalmente que irão cumprir tal decisão e que aguardam uma solução sistêmica para que possam realizar a consolidação do REFIS IV.

O programa de parcelamento fiscal abrange os débitos administrados pela Secretaria da RFB e PGFN, inclusive saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS e Parcelamento Excepcional - PAEX, e os parcelamentos previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10º da Lei nº 10.522/02.

Os débitos das controladas inseridas nesse novo programa de parcelamento são, principalmente, provenientes de INSS e saldos remanescentes de parcelamentos anteriores, que incluem IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins. O quadro a seguir retrata a consolidação parcial do parcelamento até 31 de dezembro de 2011:

Dívida integral constituída	52.650
Redução de multa, juros e encargos legais conforme adesão ao parcelamento	(9.954)
Amortização com utilização de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no abatimento de multa e juros	(7.990)
Atualizações acumuladas	7.609
Pagamentos realizados	<u>(4.780)</u>
	<u>37.535</u>
 Circulante	 <u>4.398</u>
Não circulante	<u>33.137</u>

O parcelamento está constituído em até 180 parcelas mensais, restando em 31 de dezembro de 2011 até 154 parcelas a serem pagas. O saldo a pagar do parcelamento é corrigido mensalmente pela variação da taxa Selic, tendo sido pago até dezembro de 2011 o montante de R\$405 de parcelas de adesão antes da consolidação.

Em 31 de dezembro de 2011, os efeitos líquidos reconhecidos estão apresentados a seguir:

Controlada	Tributo parcelado	Valor
Unime LF	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	21.563
IUNI	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	10.210
Fama Macapá	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	2.314
Unic Tangará Sul	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	605
Unic Tangará Norte	INSS e IRRF	110
Unic Primavera Nova	INSS e IRRF	260
Unic Primavera Antiga	INSS e IRRF	262
Unime Itabuna	IRPJ, CSLL, IRRF e Cofins	477
Unic Sinop	INSS, IRPJ, CSLL e IRRF	72
Unime Salvador	IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	292
Unic ROO AE	IRPJ, CSLL e IRRF	151
Unic ROO FP	INSS, IRRF, PIS e Cofins	129
EDE	IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e IRRF	394
Unopar	INSS e IRRF	539
FAIS	INSS	<u>157</u>
Total circulante e não circulante		<u>37.535</u>

Em 31 de dezembro de 2011, os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

31/12/2011

Ano de vencimento:

2013	3.678
2014	3.479
2015	3.479
2016	2.982
2017	2.460
2018	2.437
2019	2.437
2020	2.437
2021	2.437
2022	2.437
2023	2.437
2024	<u>2.437</u>
	<u>33.137</u>

O valor de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, utilizado para liquidação dos débitos, é de R\$7.990 em 31 de dezembro de 2011.

(b) Parcelamentos do INSS

(i) IUNI

Existem duas modalidades de parcelamentos em andamento para o INSS:

PAEX artigo 1º: refere-se a saldo remanescente do REFIS do ano 2000. Foi consolidado em 130 parcelas e começou a ser pago em setembro de 2006. Restam 51 parcelas de R\$41, reajustadas mensalmente pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mensal.

(ii) Unime Lauro de Freitas

Parcelamento ordinário: refere-se a INSS não recolhido dos exercícios de 2008 e de 2009. Eram 60 parcelas em setembro de 2009, restando 30 parcelas de R\$37, reajustadas pela Selic mensal.

(iii) Demais controladas

As demais controladas Unime Itabuna, Unic ROO FP, Fama Macapá, Unime Salvador, Unic Tangará Norte e Unic ROO AE possuem parcelamentos de competência de débitos dos anos 2008 e 2009, que somados possuem o valor de R\$769 com prazos e parcelas diferenciados entre si.

(c) Parcelamentos municipais

(i) IUNI

Refere-se a autos de infração de ISSQN de abril de 2008 a junho de 2009. O débito total foi parcelado em 36 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2011, 11 parcelas a pagar no valor de R\$73, que são reajustadas anualmente pelo IPCA.

(ii) Unime Lauro de Freitas

Refere-se a saldos de parcelamento de autos de infração ocorridos entre janeiro de 2002 e julho de 2007, referentes ao ISSQN. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em aberto a pagar é de R\$1.413. A empresa possui convênio com o município de Lauro de Freitas - BA, para quitar em até 90% o saldo devedor com bolsas de estudo.

(iii) Demais controladas

As demais controladas Unic Primavera Nova e Unic Primavera Antiga, Unic ROO AE e Unic ROO FP possuem parcelamentos que, somados, totalizam R\$1.287 com prazos e parcelas diferenciados entre si.

(d) Parcelamentos trabalhistas

Referem-se a auto de infração trabalhista lavrado contra a empresa IUNI, que foi parcelado em 60 parcelas, restando em 31 de dezembro de 2011 58 parcelas a liquidar.

A seguir a movimentação dos parcelamentos fiscais:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	52.398	415
Adição	3.130	-
Adição por aquisição	13.558	74.144
Ganho anistia fiscal (i)	(555)	(12.986)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	-	(8.000)
Atualização de juros	2.138	2.097
Amortizações e baixas	(11.395)	(3.272)
Amortizações de adquirida (ii)	(12.697)	-
Saldo final	<u>46.577</u>	<u>52.398</u>

(i) Projeção de ganho com a consolidação parcial do REFIS. Valor a ser confirmado após cumprimento de decisão judicial.

(ii) Referem-se ao pagamento de parte do parcelamento registrado na adquirida Ceama realizado em agosto de 2011.

24. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÕES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante:		
Aquisição da AESG e da SESG	-	26
Aquisição da CBTA	-	16
Aquisição da Ceama	4.854	-
Aquisição da FAIS	219	-
Aquisição da FATEC	-	37
Aquisição da São Francisco	-	34
Aquisição da UCES	764	-
Aquisição da União	654	-
Aquisição da UNIC Tangará Sul	1.095	1.747
Aquisição da Unopar	391.176	-
Aquisição do imóvel em Ipatinga	2.333	2.089
Aquisição do imóvel em Rondonópolis	-	205
	<u>401.095</u>	<u>4.154</u>
Não circulante:		
Aquisição da CBTA	-	252
Aquisição da Ceama	9.708	-
Aquisição da FAIS	877	-
Aquisição da UCES	-	684
Aquisição da União	2.616	-
Aquisição da UNIC Tangará Sul	2.046	2.611
Aquisição do imóvel em Ipatinga	583	2.949
	<u>15.830</u>	<u>6.496</u>
	<u>416.925</u>	<u>10.650</u>

A movimentação das contas a pagar - aquisições está demonstrada como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo inicial	10.650	10.823
Adições (i)	1.081.329	200.577
Atualização de juros (ii)	2.535	2.506
Amortizações e baixas	(4.687)	(203.256)
Amortizações e baixas de adquiridas (iii)	<u>(672.902)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>416.925</u>	<u>10.650</u>

(i) As adições são provenientes das adquiridas em 2011.

(ii) Dos juros incorridos durante o ano 2011, R\$1.677 são das adquiridas.

(iii) A amortização referente às adquiridas em 2011 foi de R\$672.902.

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ano de vencimento:		
2012	-	4.499
2013	8.357	1.997
2014	5.727	-
2015	873	-
2016	<u>873</u>	<u>-</u>
	<u>15.830</u>	<u>6.496</u>

Vide maiores detalhes na nota explicativa nº34.

25. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos. Em decorrência desses processos judiciais, foram realizados depósitos judiciais que podem ser recuperados com o julgamento das causas em favor da Companhia e de suas controladas ou utilizados para pagamento no caso de julgamentos desfavoráveis.

	<u>31/12/2011</u>			<u>31/12/2010</u>		
	<u>Desembolso estimado</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Desembolso estimado</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Saldo líquido</u>
Tributárias (a)	168.646	(6.068)	162.578	12.496	(7.155)	5.341
Trabalhistas (b)	22.407	(2.960)	19.447	16.162	(1.698)	14.464
Cíveis (c)	<u>1.566</u>	<u>(188)</u>	<u>1.378</u>	<u>1.783</u>	<u>(27)</u>	<u>1.756</u>
	<u>192.619</u>	<u>(9.216)</u>	<u>183.403</u>	<u>30.441</u>	<u>(8.880)</u>	<u>21.561</u>

- (a) As controladas adquiridas em 2011 nas cidades de Londrina - PR e São Luís - MA trouxeram um acréscimo de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis no valor total de R\$160.113. Tais contingências referem-se principalmente a discussões administrativas e judiciais quanto ao ISSQN incidente sobre as receitas de Graduação - EAD, INSS sobre folha de pagamento e isenção de tributos federais conforme regras do Prouni.

A controlada IUNI discute judicialmente a cobrança de tributos decorrentes do período de imunidade referente à contribuição social vinculada ao FGTS, conforme a Lei Complementar nº 110/01, no valor de R\$3.097, e ao PIS sobre folha, no valor de R\$2.920; há também discussão administrativa quanto a três autos de infração de FGTS, cujo saldo é de R\$1.527. As demais provisões no valor de R\$989 são de outros tributos, discutidos nas esferas administrativas e judiciais referentes às demais controladas da Companhia.

- (b) Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia figurava no polo passivo de aproximadamente 487 ações de natureza judicial trabalhista, incluindo a contingência decorrente de suas aquisições. As ações em sua maioria referem-se a reclamações trabalhistas provenientes de funcionários e professores desligados da Companhia, substancialmente requerendo horas extras, reduções de carga horária, intervalo intra jornada de trabalho, diferenças salariais e reflexos de FGTS, 13º salário e férias e um terço constitucional. Até o momento, para a maioria das ações não houve decisão em 1ª instância. Na controlada UNOPAR houve um acréscimo de R\$9.654 de contingências trabalhistas referente a discussões principalmente quanto a pagamento de horas extras.
- (c) Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia figurava como parte passiva em 1.427 ações judiciais de natureza cível e, de uma maneira geral, os processos cíveis dos quais figuram como réus versam sobre ações ajuizadas por alunos e ex-alunos perante os Juizados Especiais Cíveis e a Justiça Comum, em sua grande maioria com pedidos de indenização por danos morais sob a alegação do impedimento do acesso do aluno nas dependências da Companhia e de suas controladas com base na Lei nº 9.870/99 (Lei de Mensalidades Escolares). Há o entendimento de que as ações cíveis nas quais são réus não são relevantes a ponto de poder impactar adversamente e de maneira significativa os resultados.

As provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos, e as contingências tributárias são atualizadas utilizando a taxa Selic.

A movimentação das referidas provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.110	1.033	127	5.270
Adições	4.286	1.644	607	6.537
Adição proveniente de adquiridas	5.509	17.740	1.076	24.325
Pagamentos e baixas	<u>(1.409)</u>	<u>(4.255)</u>	<u>(27)</u>	<u>(5.691)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	12.496	16.162	1.783	30.441
Adições	516	1.669	309	2.494
Adição proveniente de adquiridas (i)	160.113	9.654	-	169.767
Baixa de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU (ii)	<u>(4.110)</u>	-	-	<u>(4.110)</u>
Pagamentos e baixas	<u>(369)</u>	<u>(5.078)</u>	<u>(526)</u>	<u>(5.973)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	168.646	22.407	1.566	192.619
Saldos de depósitos judiciais	(6.068)	(2.960)	(188)	(9.216)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2011	<u>162.578</u>	<u>19.447</u>	<u>1.378</u>	<u>183.403</u>

- (i) Adição proveniente da aquisição das controladas Unopar, Ceama e União ocorrida entre julho e dezembro de 2011.
- (ii) Em setembro de 2011, foi realizada a venda do imóvel situado na cidade do Rio de Janeiro e o passivo tributário relativo à discussão de IPTU foi liquidado no ato da venda.

Perdas possíveis (contingências)

A Companhia possui ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme determina a regra contábil, a composição é conforme segue:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	299	106	405
Adições	6.000	4.525	415	10.940
Adição proveniente de adquirida	<u>63.743</u>	<u>974</u>	<u>1.949</u>	<u>66.666</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	69.743	5.798	2.470	78.011
Adições	6.015	1.509	2.386	9.910
Amortizações e baixas	<u>(6.000)</u>	<u>(485)</u>	<u>(355)</u>	<u>(6.840)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>69.758</u>	<u>6.822</u>	<u>4.501</u>	<u>81.081</u>

Do total de processos administrativos e/ou judiciais tributários, 32 processos estão vinculados ao período em que a IUNI gozou da condição de entidade filantrópica. Tais processos foram originados de autuações fiscais lavradas pela RFB, em razão do não recolhimento de contribuições previdenciárias (cota patronal, SAT/RAT e terceiros) para o INSS, bem como de outros tributos (Cofins e PIS), sendo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$69.758 avaliado pelos consultores legais da Companhia como perda possível.

Nos termos do contrato de compra e venda da IUNI, celebrado em 12 de março de 2010, entre a Companhia e o vendedor da IUNI, foram constituídos R\$95 milhões (saldo em 31 de dezembro de 2011) em garantias para as contingências tributárias anteriormente referidas decorrentes do período em que a IUNI gozou da condição de entidade filantrópica relativamente às possíveis cobranças de tributos desse período.

26. DEMAIS CONTAS A PAGAR - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Circulante:		
Repasse da carteira de alunos - compra da controlada IUNI (a)	1.341	4.701
Depósitos não identificados	<u>114</u>	<u>2.047</u>
	<u>1.455</u>	<u>6.748</u>
Não circulante:		
Parcela caução - compra da Uniminas (b)	3.341	3.755
Venda da controlada SUESC (c)	<u>2.014</u>	<u>-</u>
	<u>5.355</u>	<u>3.755</u>

(a) Conforme o previsto em contrato de compra da IUNI, ocorrida em março de 2010, toda a carteira acima de 180 dias naquela data é cobrada e recebida pela companhia e repassada ao ex-controlador da IUNI.

(b) Refere-se a obrigações relacionadas à compra da Uniminas, previstas no contrato de compra e venda. O saldo é composto de créditos estudantis recebidos dos alunos e retidos a título de caução. O vencimento ocorrerá em 2013.

- (c) O valor a receber pela venda da SUESC está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISSQN, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia tem o direito de receber o valor acordado entre as partes. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço definido em contrato e o valor da causa. O valor a receber está registrado na rubrica “Demais contas a receber” do ativo circulante. Ambos os saldos, em 31 de dezembro de 2011, são de R\$2.014, corrigidos mensalmente.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social integralizado da Companhia totaliza em 31 de dezembro de 2011 o valor de R\$1.231.506 (31 de dezembro de 2010 - R\$873.831) e é composto por 253.865.915 ações ordinárias e 350.639.107 ações preferenciais, conforme a seguir:

	<u>Saldo</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	821.020	
Aumento de capital	52.811	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>873.831</u>	
Aumento de capital	380.230	
Custo com emissões de ações	(22.555)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u><u>1.231.506</u></u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Em 31 de dezembro de 2009	<u>229.913.715</u>	<u>206.925.907</u>
Total de ações ex-tesouraria	228.933.515	201.044.707
Total de ações em tesouraria	980.200	5.881.200
Aumento de capital - 24/09/2010 (i)	4.200.000	25.200.000
Aumento de ações em tesouraria	251.036	1.506.216
Em 31 de dezembro de 2010	<u>234.113.715</u>	<u>232.125.907</u>
Total de ações ex-tesouraria	232.882.479	224.738.491
Total de ações em tesouraria	1.231.236	7.387.416
Aumento de capital - 30/06/2011 (ii)	18.500.000	111.000.000
Aumento de capital - 02/08/2011 (ii)	1.252.200	7.513.200
Em 31 de dezembro de 2011	<u>253.865.915</u>	<u>350.639.107</u>
Total de ações ex-tesouraria	252.543.379	342.703.891
Total de ações em tesouraria	1.322.536	7.935.216

- (i) Em 24 de setembro de 2010, a Companhia realizou a emissão de ações, possibilitando o ingresso do ex-controlador da IUNI como acionista. Foram emitidas 4.200.000 “units”, compostas por 4.200.000 ações ordinárias e 25.200.000 ações preferenciais, representando 6,31% do capital social da Companhia, conforme previsto como pagamento no contrato de compra e venda da IUNI.
- (ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2011 foi aprovada a subscrição da totalidade das 18.500.000 ações ordinárias e 111.000.000 de ações preferenciais, perfazendo o total de 129.500.000 ações, distribuídas publicamente na forma de 18.500.000 “units”, ao preço de R\$19,25 por “unit” no contexto da Oferta Pública de Ações, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de junho de 2011. No dia 5 de julho de 2011 houve a integralização dos recursos provenientes da captação no valor bruto de R\$356.125.

No dia 2 de agosto de 2011, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a emissão para subscrição pública de 1.252.200 ações ordinárias e 7.513.200 ações preferenciais, distribuídas publicamente na forma de 1.252.200 “units” ao preço de R\$19,25, nos termos da Instrução CVM nº 400, e ao exercício da Opção de Lote Suplementar. A integralização dos recursos ocorreu no dia 5 de agosto de 2011 no valor bruto de R\$24.105.

O total dos custos para a emissão das ações foi de R\$22.555.

b) Capital autorizado

A Companhia, após deliberação do Conselho de Administração em 22 de novembro de 2011, está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 de ações, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre estas e aquelas já existentes, respeitado sempre o limite legal de 2/3 para as ações preferenciais.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples ou bônus de subscrição, estabelecendo a forma de subscrição, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

De acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a uma sociedade sob seu controle, desde que esta não tenha o condão de possibilitar a alteração do controle da Companhia.

c) Acordo de sócios

Nos termos do Acordo de Acionistas celebrado em 24 de junho de 2009 entre: (i) Advent Educacional Empreendimentos e Participações S.A., ou Advent Educacional; (ii) Fundo de Investimento em Participações - Brasil Gestão e Participação, ou FIP Gestão, e, em conjunto com a Advent Educacional, a Advent; (iii) Citíssimo do Brasil Participações Ltda.,

ou Citíssimo; (iv) Neiva Participações Ltda., ou Neiva; (v) Samos Participações Ltda., ou Samos; e (vi) Santori Participações Ltda., ou Santori, e, em conjunto com Citíssimo, Neiva e Samos, o Grupo de Acionistas; e ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes; (vii) Pitágoras Administração e Participações S.A., ou PAP; (viii) Evando José Neiva, ou Evando; (ix) Henriqueta Martins dos Mares Guia, ou Henriqueta; (x) Júlio Fernando Cabizuca, ou Cabizuca; (xi) Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, ou Walfrido, e, em conjunto com Evando, Henriqueta e Cabizuca, os Controladores Indiretos da PAP; e (xii) Kroton Educacional S.A. (Companhia e, em conjunto com a PAP, as Companhias), o FIP Gestão e a Advent, é previsto que determinadas deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos conselheiros eleitos, e não por maioria dos conselheiros presentes, como é a regra geral constante da Lei das Sociedades por Ações.

d) Reservas de capital

Em 24 de junho de 2009, o Conselho de Administração definiu que o valor de R\$0,09805 de cada nova ação emitida seria destinado à formação de reservas de capital. Em 2 de setembro de 2009, foi homologado o valor da reserva em R\$21.247. Tal reserva está apresentada no valor de R\$14.585, líquida dos custos provenientes de transação na emissão dessas novas ações, no valor de R\$6.662.

A provisão do valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano aprovado em 23 de outubro de 2009, é reconhecida como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reservas de capital - plano de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$4.150.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram exercidas 270.000 “units” do plano de opções ao valor justo de R\$562, em contrapartida à alienação das ações em tesouraria e ao pagamento recebido no exercício da opção, de R\$4.659.

As perdas líquidas pela alienação das ações em tesouraria no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são de R\$111.

e) Ações em tesouraria

A recompra das ações está em conformidade com o artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76, as Instruções Normativas da CVM nº 10/80 e nº 390/03 e as demais legislações pertinentes.

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Em 31 de dezembro de 2009	980.200	5.881.200
Aquisição de ações (i)	293.800	1.762.800
Alienação de ações (ii)	<u>(42.764)</u>	<u>(256.584)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	1.231.236	7.387.416
Aquisição de ações (i)	361.300	2.167.800
Alienação de ações (ii)	<u>(270.000)</u>	<u>(1.620.000)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>1.322.536</u>	<u>7.935.216</u>

- (i) Em 3 de fevereiro de 2011, a EDE adquiriu 361.300 “units”, representadas por 361.300 ações ordinárias e 2.167.800 ações preferenciais, ao custo de R\$4.704.
- (ii) Em 4 de janeiro de 2011, foram alienadas 70.000 “units”, compostas por 70.000 ações ordinárias e 420.000 ações preferenciais, no exercício do plano de opções, ao custo de R\$1.407. Na alienação foi reconhecida perda de R\$64, registrada na rubrica “Reservas de capital - perdas/ganhos de ações”.

Em 7 de fevereiro de 2011, foram alienadas 150.000 “units”, compostas por 150.000 ações ordinárias e 900.000 ações preferenciais, no exercício do plano de opções, ao custo de R\$3.014. Na alienação foi reconhecida perda de R\$121, registrada na rubrica “Reservas de capital - perdas/ganhos de ações”.

Em 12 de maio de 2011, foram alienadas 50.000 “units”, compostas por 50.000 ações ordinárias e 300.000 ações preferenciais, no exercício do plano de opções, ao custo de R\$911. Na alienação foi reconhecido ganho de R\$74, registrado na rubrica “Reservas de capital - perdas/ganhos de ações”.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contava com 1.322.536 “units” em tesouraria, ao valor de custo de R\$24.112 (em 31 de dezembro de 2010 - 1.231.236 “units” ao valor de custo de R\$24.740). Em 31 de dezembro de 2011, as 1.322.536 “units” ao valor de mercado representam R\$24.321 (em 31 de dezembro de 2010 - 1.231.236 “units” ao valor de mercado de R\$26.903).

f) Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios

O valor de R\$260.000 refere-se a 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais, referentes à compra da controlada Unopar, cujo pagamento, conforme o contrato de compra e venda, será feito por meio de ações de emissão da Companhia.

g) Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

28. PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÃO DE AÇÕES

Conforme o plano de opções de ações da Companhia, aprovado em 23 de outubro de 2009, com o objetivo de reter os executivos da Companhia e obter um alinhamento dos interesses desses executivos aos interesses dos acionistas e da Companhia, são elegíveis para participar do plano os conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos seniores da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, correspondentes a 5 milhões de “units”, equivalentes a 8,01% do capital social da Companhia na data da aprovação.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Recursos Humanos fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“constructive obligation”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê de Recursos Humanos para cada contrato. Os preços definidos nos contratos de outorga, até 31 de dezembro de 2011, variam de R\$16,00 a R\$20,42.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão apresentados a seguir:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Preço médio de exercício por ação em		Preço médio de exercício por ação em	
	R\$	Opções	R\$	Opções
Saldo inicial	18,13	2.597.236	17,22	1.000.000
Concedidas (i)	19,20	245.000	18,59	2.380.000
Canceladas (ii)	18,23	(400.000)	18,69	(740.000)
Exercidas (iii)	<u>17,17</u>	<u>(270.000)</u>	<u>16,97</u>	<u>(42.764)</u>
Saldo final	<u>18,35</u>	<u>2.172.236</u>	<u>18,13</u>	<u>2.597.236</u>

- (i) Em abril de 2011, foram concedidas 220.000 “units” representadas por 220.000 ações ordinárias e 1.320.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$19,05 por “unit”.

Em julho de 2011, foram concedidas 25.000 “units” representadas por 25.000 ações ordinárias e 150.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$20,42 por “unit”.

- (ii) Em agosto de 2011, foram canceladas 200.000 “units” representadas por 200.000 ações ordinárias e 1.200.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$17,42 por “unit”.

Em dezembro de 2011, foram canceladas 200.000 “units” representadas por 200.000 ações ordinárias e 1.200.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$19,05 por “unit”.

- (iii) Em janeiro de 2011, foram exercidas 70.000 “units”, correspondentes a 70.000 ações ordinárias e 420.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$17,09 por “unit”.

Em fevereiro de 2011, foram exercidas 150.000 “units”, compostas por 150.000 ações ordinárias e 900.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$17,21.

Em maio de 2011, foram exercidas 50.000 “units”, compostas por 50.000 ações ordinárias e 300.000 ações preferenciais, pelo preço médio de R\$18,23.

O saldo de opções passíveis de outorgas em 31 de dezembro de 2011 é de 2.315.000 opções (31 de dezembro de 2010 - 2.360.000 opções).

As opções de compra de ações outorgadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data de vencimento - no exercício de	Opções			
	Preço médio de exercício por ação em R\$	Quantidade de opções	Valor justo médio da opção em R\$	R\$
2011	17,71	584.000	4,01	2.339.375
2012	18,41	453.000	4,53	2.053.172
2013	18,41	453.000	4,93	2.231.538
2014	18,31	223.000	5,62	1.252.867
2015	19,10	123.000	5,47	672.601
2016	<u>19,19</u>	<u>49.000</u>	<u>8,56</u>	<u>419.507</u>
	<u>18,25</u>	<u>1.885.000</u>	<u>4,76</u>	<u>8.969.060</u>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, determinado com base no modelo de avaliação “Black-Scholes”, foi de R\$2,71 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram o preço médio ponderado de exercício de R\$18,35 por ação, o preço da ação na data de outorga, a volatilidade média utilizada de 32%, a vida média esperada da opção correspondente a 1.404 dias e a taxa de juros média anual sem risco de 6%.

A volatilidade foi mensurada pelo desvio-padrão de retornos de ações continuamente compostos com base na análise estatística dos preços diários das ações, utilizando-se de períodos intercalares históricos que a Administração entende ser o mais apropriado para a mensuração da volatilidade esperada.

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reservas de capital - outorga de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$4.150 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$3.031).

O último contrato de opção tem como data de “vesting” 1º de janeiro de 2016 e poderá ser exercido em até 60 meses após essa data.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia utiliza dois segmentos operacionais e gastos corporativos, que são alocados aos segmentos, para analisar e tomar suas decisões estratégicas, os quais são revisados pelo Conselho de Administração da Companhia. O Conselho de Administração analisa e aprova os dados, segmentando-os pelos produtos oferecidos na área de educação, que são educação básica e educação superior.

Informações sobre o lucro (prejuízo) líquido, ativos e passivos por segmento reportável

As informações por segmento de negócios, revisadas pelo Conselho de Administração, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são as seguintes:

	31/12/2011			
	Ensino superior	Educação básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	597.874	136.679	-	734.553
Custo das vendas e dos serviços prestados	<u>(419.334)</u>	<u>(74.120)</u>	-	<u>(493.454)</u>
Lucro bruto	178.540	62.559	-	241.099
Despesas operacionais:				
Despesas com vendas	(62.612)	(9.331)	-	(71.943)
Despesas gerais e administrativas	(114.816)	(12.474)	-	(127.290)
Outras despesas, líquidas	-	-	(881)	(881)
Resultado na venda de investimento	-	-	(3.221)	(3.221)
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	<u>1.112</u>	<u>40.754</u>	<u>(4.102)</u>	<u>37.764</u>
Ativos	2.657.975	101.459	99.965	2.859.399
Passivos circulante e não circulante	1.350.057	20.358	13.653	1.384.068
	31/12/2010			
	Ensino superior	Educação básica	Parcela não alocada	Total
Receita líquida	479.130	120.551	-	599.681
Custo das vendas e dos serviços prestados	<u>(372.016)</u>	<u>(62.388)</u>	-	<u>(434.404)</u>
Lucro bruto	107.114	58.163	-	165.277
Despesas operacionais:				
Despesas com vendas	(66.358)	(5.389)	-	(71.747)
Despesas gerais e administrativas	(100.901)	(20.321)	-	(121.222)
Outras despesas, líquidas	-	-	(1.274)	(1.274)
Resultado na venda de investimento	-	-	(2.390)	(2.390)
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	<u>(60.145)</u>	<u>32.453</u>	<u>(3.664)</u>	<u>(31.356)</u>
Ativos	911.143	119.736	63.907	1.094.786
Passivos circulante e não circulante	<u>202.260</u>	<u>18.210</u>	<u>58.140</u>	<u>278.610</u>

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

a) Conciliação da receita de vendas e serviços

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Análise de receita por categoria		
Receita bruta de vendas	102.836	91.546
Receita bruta de serviços	777.139	619.595
Deduções da receita bruta (principalmente bolsas, descontos e impostos sobre vendas e serviços)	(145.422)	(111.740)
Receita líquida de vendas	98.758	86.227
Receita líquida de serviços	<u>635.795</u>	<u>513.174</u>
	<u>734.553</u>	<u>599.401</u>

30. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita bruta:		
Educação básica	142.752	128.559
Ensino superior	<u>737.223</u>	<u>582.582</u>
	879.975	711.141
Deduções da receita bruta:		
Educação básica	(6.073)	(8.008)
Ensino superior	<u>(139.349)</u>	<u>(103.452)</u>
	(145.422)	(111.460)
Receita líquida:		
Educação básica	136.679	120.551
Ensino superior	<u>597.874</u>	<u>479.130</u>
	<u>734.553</u>	<u>599.681</u>

31. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Salários e encargos sociais	(5.206)	(998)	(375.400)	(327.915)
Aluguel e condomínio	-	-	(62.967)	(54.836)
Depreciação e amortização	(378)	-	(44.407)	(33.853)
Utilidades, limpeza e segurança	-	(63)	(38.414)	(27.712)
Serviços de terceiros	(1.828)	(345)	(45.184)	(53.052)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(31.314)	(28.137)
Publicidade e propaganda	-	-	(26.404)	(24.969)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(23.528)	(22.769)
Viagens	-	-	(10.752)	(13.652)
Direitos autorais	-	-	(5.753)	(4.705)
Taxas e contribuições	(206)	(79)	(5.281)	(3.577)
Jurídico e contingências	-	-	(4.526)	(6.765)
Outros custos e despesas	<u>(28)</u>	<u>(3)</u>	<u>(22.859)</u>	<u>(29.095)</u>
	<u>(7.646)</u>	<u>(1.488)</u>	<u>(696.789)</u>	<u>(631.037)</u>
 Custo das vendas e dos serviços	-	-	(493.454)	(434.404)
Despesas com vendas	-	-	(71.943)	(71.747)
Despesas gerais e administrativas	(7.646)	(1.488)	(127.290)	(121.222)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.102)</u>	<u>(3.664)</u>
	<u>(7.646)</u>	<u>(1.488)</u>	<u>(696.789)</u>	<u>(631.037)</u>

32. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	2.871	-
Descontos obtidos	<u>4</u>	-
	2.875	-
Despesas financeiras:		
Juros e mora fiscal	-	(1)
Tarifas bancárias e de cobrança	(2)	(1)
Juros e mora comercial	(26)	-
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(23)	(1)
Outras	<u>-</u>	<u>(1)</u>
	(51)	(4)
Resultado financeiro	<u>2.824</u>	<u>(4)</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receitas financeiras:		
Juros sobre mensalidades	14.658	10.375
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	13.775	9.111
Descontos obtidos	893	1.236
Redução de encargos de parcelamento fiscal	555	455
Outras	<u>1.147</u>	<u>-</u>
	<u>31.028</u>	<u>21.177</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.858)	(6.150)
Juros e mora fiscal	(7.423)	(2.793)
Atualização de obrigações por aquisições de controladas	(2.535)	(2.506)
Tarifas bancárias e de cobrança	(2.752)	(1.379)
Juros e mora comercial	(1.247)	(749)
IOF	(569)	(203)
Outras	<u>(1.728)</u>	<u>(3.227)</u>
	<u>(26.112)</u>	<u>(17.007)</u>
Resultado financeiro	<u><u>4.916</u></u>	<u><u>4.170</u></u>

33. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

c) Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de “units” emitidas durante o exercício.

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	37.375	(29.623)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	<u>470.568</u>	<u>291.449</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação ordinária	<u><u>0,08</u></u>	<u><u>(0,10)</u></u>
	<u><u>31/12/2011</u></u>	<u><u>31/12/2010</u></u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	37.375	(29.623)
Quantidade média ponderada de ações preferenciais emitidas (em milhares)	<u>543.435</u>	<u>261.317</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação preferencial	<u><u>0,07</u></u>	<u><u>(0,11)</u></u>

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	37.375	(29.623)
Quantidade média ponderada de “units” emitidas (em milhares)	<u>144.857</u>	<u>78.967</u>
Lucro (prejuízo) básico por “unit”	<u>0,26</u>	<u>(0,38)</u>

d) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, e as opções de compra de ações que foram concedidas não foram presumidas como sendo exercidas, pois eram antidiluíveis; o preço de exercício delas era superior ao preço médio de mercado. Dessa forma, não apresenta “units” potenciais, para fins de diluição.

34. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Aquisição da União

Em 14 de julho de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu a totalidade do capital social da União por R\$7.850, sendo o valor de R\$4.710 pago à vista. O valor de R\$3.140 será pago a prazo em cinco parcelas anuais iguais e corrigidas, sendo a primeira um ano após a data da aquisição.

O ágio de R\$8.550, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio da adquirida, foi avaliado e tem a seguinte alocação:

- a) R\$6.037 de rentabilidade futura sem vida útil definida.
- b) R\$2.110 de carteira de clientes com vida útil de até cinco anos.
- c) R\$403 de não competição com vida útil de até cinco anos.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	<u>Saldos em 01/07/2011</u>
Total do ativo	1.205
Total do passivo	(1.905)
Passivo a descoberto adquirido	<u>(700)</u>
Ágio gerado na operação	8.550
Custo total da aquisição	<u>(7.850)</u>
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	13
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	<u>(7.837)</u>

O balanço patrimonial em 1º de julho de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	<u>Valor justo na aquisição</u>
Passivos líquidos adquiridos	(700)
Caixa e equivalentes de caixa	13
Contas a receber de clientes	307
Adiantamentos	107
Imobilizado	684
Software	23
Outros ativos	70
Fornecedores	(123)
Empréstimos e financiamentos	(98)
Salários e encargos	(1.238)
Obrigações tributárias	(66)
Contingências	(379)

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final durante o período de um ano após a data de aquisição.

A receita líquida incluída na demonstração consolidada do resultado do exercício de 2011 foi de R\$3.773 e o lucro líquido foi de R\$106.

Se a União fosse consolidada desde o dia 1º de janeiro de 2011 ao resultado da Companhia, a receita líquida seria de R\$7.720 e o lucro líquido do exercício de R\$589.

Aquisição da Ceama

Em 18 de julho de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu a totalidade do capital social da Ceama por R\$28.405, sendo o valor de R\$14.203 pago à vista e três parcelas anuais e consecutivas de R\$4.734, que serão corrigidas pela variação do IPCA, sendo a primeira um ano após a data da aquisição.

O ágio de R\$41.387, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio da adquirida, foi avaliado e tem a seguinte alocação:

- a) R\$33.768 de rentabilidade futura sem vida útil definida.
- b) R\$5.283 de carteira de clientes com vida útil de até 5 anos.
- c) R\$204 de não competição com vida útil de até 5 anos.
- d) R\$2.132 de mais-valia do ativo imobilizado com vida útil de até 25 anos.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	<u>Saldos em 01/07/2011</u>
Total do ativo	22.440
Total do passivo	(35.422)
Passivo a descoberto adquirido	(12.982)
Ágio gerado na operação	41.387
Custo total da aquisição	(28.405)
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	32
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	<u>(28.373)</u>

O balanço patrimonial em 1º de julho de 2011, considerado como o balanço de abertura e ajustado em dezembro de 2011, é conforme segue:

	<u>Valor justo na aquisição</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Valor justo em 31/12/2011</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos	(12.982)	229	(12.753)
Caixa e equivalentes de caixa	32	-	32
Contas a receber de clientes	1.536	(455)	1.081
Imobilizado	20.872	-	20.872
Fornecedores	(1.526)	(469)	(1.995)
Empréstimos e financiamentos	(2.936)	-	(2.936)
Salários e encargos	(2.197)	-	(2.197)
Obrigações tributárias	(541)	-	(541)
Parcelamento de tributos	(12.551)	-	(12.551)
Contingências	(15.671)	695	(14.976)

Com os ajustes, o valor de R\$229 foi adicionado ao valor alocado de ágio gerado por rentabilidade futura. Dessa forma, o ágio por rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2011 é de R\$33.997.

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final durante o período de um ano após a data de aquisição.

A receita líquida incluída na demonstração consolidada do resultado do exercício de 2011 foi de R\$7.910 e o lucro líquido foi de R\$35.

Caso a Ceama fosse consolidada desde o dia 1º de janeiro de 2011 ao resultado da Companhia, a receita líquida seria de R\$20.180 e o lucro líquido do exercício de R\$3.865.

Aquisição da FAIS

Em 3 de novembro de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu a totalidade do capital social da FAIS por R\$5.074, sendo o valor de R\$3.989 pago à vista e cinco parcelas anuais e consecutivas de R\$217, que serão corrigidas pela variação do IPCA sendo a primeira um ano após a data da aquisição.

O ágio de R\$6.754, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio da adquirida, foi avaliado e tem a seguinte alocação:

- a) R\$5.722 de rentabilidade futura sem vida útil definida.
- b) R\$819 de carteira de clientes com vida útil de até cinco anos.
- c) R\$213 de não competição com vida útil de até cinco anos.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	<u>Saldos em</u> <u>01/11/2011</u>
Total do ativo	910
Total do passivo	(2.590)
Passivo a descoberto adquirido	(1.680)
Ágio gerado na operação	6.754
Custo total da aquisição	(5.074)
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	-
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	<u>(5.074)</u>

O balanço patrimonial em 1º de julho de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	<u>Valor justo</u> <u>na aquisição</u>
Passivos líquidos adquiridos	(1.680)
Contas a receber de clientes	116
Adiantamentos	7
Outros créditos	2
Imobilizado	785
Fornecedores	(175)
Empréstimos e financiamentos	(147)
Salários e encargos	(1.765)
Obrigações tributárias	(19)
Parcelamento de tributos	(331)
Adiantamentos de clientes	(153)

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final durante o período de um ano após a data de aquisição.

A receita líquida incluída na demonstração consolidada do resultado do exercício de 2011 foi de R\$1.271 e o lucro líquido de R\$289.

Caso a FAIS fosse consolidada desde o dia 1º de janeiro de 2011 ao resultado da Companhia, a receita líquida seria de R\$5.787 e o lucro líquido do exercício de R\$729.

Aquisição da Unopar

Em 15 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Unopar, sendo 20% pela controladora e 80% por meio da sua controlada EDE, por R\$1.297.265, pagos da seguinte maneira:

- a) R\$650.000 à vista.
- b) R\$260.000 em março de 2012.
- c) R\$130.000 em dezembro de 2012.
- d) R\$260.000 em ações de emissão da controladora que representam 13.877.460 “units”.

O ágio de R\$1.459.452, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio da adquirida, foi avaliado e tem a seguinte alocação:

- a) R\$1.163.607 de rentabilidade futura sem vida útil definida.
- b) R\$182.350 de licenças e rede parceira de polos com vida útil indefinida.
- c) R\$113.464 de carteira de clientes com vida útil de até cinco anos.
- d) R\$31 de marcas para funcionamento com vida útil indefinida.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	<u>Saldos em 01/12/2011</u>
Total do ativo	65.149
Total do passivo	(126.749)
Passivo a descoberto adquirido	<u>(61.600)</u>
Ágio gerado na operação	<u>1.459.452</u>
Custo total da aquisição	(1.297.265)
Tributo diferido sobre a alocação dos intangíveis	(100.587)
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	88
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	<u>(1.397.764)</u>

O balanço patrimonial em 1º de dezembro de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	<u>Valor justo na aquisição</u>
Passivos líquidos adquiridos	(61.600)
Caixa e bancos	88
Contas a receber de clientes	26.221
Estoque	175
Adiantamentos	817
Tributos a recuperar	1.619
Créditos judiciais	116
Despesas antecipadas	960
Créditos de cessão de bens	2.690
Créditos com partes relacionadas	5.636
Imobilizado	26.050
Intangível	777
Fornecedores	(43.726)
Empréstimos e financiamentos	(6.241)
Salários e encargos	(12.615)
Obrigações tributárias	(2.289)
Adiantamentos de clientes	(5.194)
Parcelamento de tributos	(675)
Dividendos a pagar	(8.478)
Contingências	(47.531)

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final durante o período de um ano após a data de aquisição.

A receita líquida incluída na demonstração consolidada do resultado do exercício de 2011 foi de R\$20.621 e o lucro líquido foi de R\$5.225.

Caso a Unopar fosse consolidada desde o dia 1º de janeiro de 2011 ao resultado da Companhia, a receita líquida seria de R\$285.277 e o lucro líquido do exercício de R\$105.588.

Aquisição da Alba

Em 15 de dezembro de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu a totalidade do capital social da Alba por R\$2.735, pagos à vista.

Não foi gerado ágio na aquisição, uma vez que o valor de aquisição é igual ao valor do patrimônio líquido.

O fluxo de caixa da aquisição foi conforme segue:

	<u>Saldos em 01/12/2011</u>
Total do ativo	8.408
Total do passivo	(5.673)
Patrimônio líquido	<u>2.735</u>
Ágio gerado na operação	-
Custo total da aquisição	<u>(2.735)</u>
Caixa e equivalentes de caixa da controlada adquirida	8.334
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada adquirida	<u>5.599</u>

O balanço patrimonial em 1º de dezembro de 2011 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	<u>Valor justo na aquisição</u>
Passivos líquidos adquiridos	2.735
Caixa e bancos	8.334
Contas a receber de clientes	31
Créditos judiciais	43
Fornecedores	(27)
Salários e encargos	(7)
Obrigações tributárias	(3)
Débitos com partes relacionadas	(5.636)

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final durante o período de um ano após a data de aquisição.

A receita líquida incluída na demonstração consolidada do resultado do exercício de 2011 foi de R\$38 e o lucro líquido foi de R\$32.

Se a Alba fosse consolidada desde o dia 1º de janeiro de 2011 ao resultado da Companhia, a receita líquida seria de R\$355 e o lucro líquido do exercício de R\$304.

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

a) Crédito e débito com partes relacionadas (controladora)

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
Reembolso de despesas (i)	-	8.624
Caixa (ii)	1.884	-

(i) Refere-se aos custos provenientes de transações na emissão de novas ações da controladora e a outras despesas incorridas na controladora. O caixa para pagamento das despesas foi proveniente da controlada EDE, e para a transação entre as partes foi constituído um mútuo, sendo o passivo a controladora, e o ativo, a controlada EDE. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de todo o saldo em aberto à controlada EDE.

(ii) Refere-se à transferência de recursos da controlada EDE para a controladora para formação de caixa.

A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; de curto prazo a empregados e administradores, pós-emprego; e outros benefícios de longo prazo.

b) Demais transações com partes relacionadas

As empresas PSES e SPES utilizam imóveis alugados da empresa CNG Patrimonial Ltda. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo a incorrer de R\$13.685.

As empresas IUNI, Unic Tangará do Sul, Unic Primavera Nova, Unic Sinop, Unime Lauro de Freitas e Unic Várzea Grande utilizam imóveis alugados da Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda. Esses valores estão registrados no resultado, na rubrica “Custo dos serviços prestados”. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo a incorrer de R\$133.070.

A IUNI possui contrato de cessão de uso do Hospital Geral Universitário (“HGU”) de Cuiabá - MT, destinado à operação universitária, com valor mensal de R\$277. Em 31 de dezembro de 2011, há um saldo a incorrer de R\$28.254 e não há saldo em aberto.

A EDE possui contrato de venda de material didático com a Fundação Pitágoras. O valor das vendas em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$13.213 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$14.465). O saldo de contas a receber em 2011 é de R\$8.865 (31 de dezembro de 2010 - R\$6.262) e há um montante de R\$1.098 a receber da Fundação Pitágoras, referente a um aporte de recursos.

A EDE possui contrato de financiamento com o Banco BDMG, cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2011 é de R\$7.786 (31 de dezembro de 2010 - R\$10.912), cujos fiadores são acionistas controladores da Companhia.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, o vice-presidente e os diretores estatutários.

A remuneração total prevista para o exercício social de 2011 é de R\$15.000. A remuneração incorrida até o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ao pessoal-chave da Administração está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários	3.341	5.195
Remuneração variável (*)	2.581	1.841
Plano de remuneração em ações - opção de compra de ações	<u>1.536</u>	<u>2.388</u>
	<u>10.072</u>	<u>9.424</u>

(*) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.

36. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas informações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 7.

b) Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa

Como parte do pagamento pela aquisição da Unopar, serão emitidas 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais ao valor de R\$260.000. Em 31 de dezembro de 2011, esse saldo está registrado na rubrica “Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios” no patrimônio líquido.

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima única prevista de R\$214.244 (31 de dezembro de 2010 - R\$127.646), em que estão cobertos danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o aumento de capital social no valor máximo de R\$600.000.000 mediante a emissão de até 101.823.921 ações ordinárias e até 138.176.079 ações preferenciais, em moeda corrente nacional, por R\$2,50 por ação, equivalente a R\$17,50 por “unit”.

Em 5 de março de 2012, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital social no valor de R\$597.040.832,50, mediante a emissão de 101.224.007 ações ordinárias e 137.592.326 ações preferenciais, as quais foram integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, por R\$2,50 por ação, equivalente a R\$17,50 por “unit”.

Com a homologação do referido aumento, o capital social da Companhia passa a ser de R\$1.851.101.298, dividido em 355.089.922 ações ordinárias e 488.231.433 ações preferenciais, todas escriturais, nominativas e sem valor nominal.

39. RESULTADOS “PRO FORMA”

Caso essas combinações de negócios (Ceama, União, FAIS, Alba e Unopar) tivessem sido efetivadas em 1º de janeiro de 2011, as receitas líquidas consolidadas da Companhia seriam de R\$1.020.307 e o resultado líquido do exercício seria de R\$142.997.

40. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 28 de março de 2012.
